



# Anais da Assembléia

N.º 126

CURITIBA, SEGUNDA-FEIRA, EM 26 DE NOVEMBRO DE 1984

ANO X

2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 10ª LEGISLATURA

ATA DA 117ª SESSÃO ORDINÁRIA

REALIZADA EM 26 DE NOVEMBRO DE 1984.

(Segunda-Feira)

Presidência do Sr. Deputado Trajano Bastos, secretariada pelos Srs. Deputados Eduardo Baggio e Nelson Buffara.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Trajano Bastos, Nestor Baptista, Werner Wanderer, Gernote Kirinus, Francisco Escorsin, Dirceu Manfrinato, Fuad Nacli, Acir Mezzadri, Adhail Sprenger Passos, Airton Cordeiro, Amélia Hruschka, Anibal Khury, Antônio Annibelli, Antonio Belinati, Artagão Mattos Leão, Augusto Carneiro, Basílio Zanusso, Caio Quintana, Djalma de Almeida César, Donato Gulin, Edgard Pimentel, Edmar Luiz Costa, Eduardo Baggio, Erondy Silvério, Ervin Bonkoski, Ezequias Losso, Ferrari Júnior, Fiori Luiz, Gabriel Manoel, Gilberto Carvalho, Hermas Brandão, Homero Oguido, Irondi Pugliesi, Ivan Gubert, Jorge Maia Filho, José Antonio Fonseca, Leônidas Chaves, Luiz Alberto Oliveira, Márcio Almeida, Mário Pereira, Nelson Buffara, Nelson Vasconcellos, Nilso Sguarezi, Odeni Mongruel, Orlando Pessuti, Osvaldo Alencar Furtado, Paulo Furiatti, Péricles Pacheco, Quielse Crisóstomo, Roberto Requião, Rubens Bueno, Sabino Campos, Sérgio Spada, Tadeu França, Tadeu Lúcio Machado, Tércio Albuquerque, Tuguio Setogutte e Wilson Fortes (58).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

## SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE — (Trajano Bastos) Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETÁRIO — procede a leitura das atas das sessões anteriores, as quais são aprovadas sem observações.

O SR. 1.º SECRETÁRIO — procede a leitura do seguinte EXPEDIENTE:

### Mensagem:

MENSAGEM 247/84

Curitiba, 22 de novembro de 1984.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, anteprojeto de lei que altera o orçamento da Assembléia Legislativa, até o limite de Cr\$ ... 705.000.000 (setecentos e cinco milhões de cruzeiros), objetivando complementar recursos insuficientemente dotados na forma a seguir especificada: 0101.01010012.001, subelementos 3.1.3.2, 3.2.5.5 e elemento 4.1.2.0.

Os recursos para o crédito supramencionado, são provenientes do disposto no § 1.º, item II, do Art. 43, da Lei Federal n.º 4320, de 17 de março de 1964.

Certo de poder contar com os bons auspícios dessa Colenda Casa para uma rápida tramitação e aprovação do an-

teprojeto, reafirmo a Vossa Excelência minhas expressões de apreço e consideração.

(a) JOSÉ RICHÁ  
GOVERNADOR DO ESTADO

## ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1.º — Fica autorizado o Poder Executivo a abrir um Crédito Suplementar, alterando o Orçamento da Assembléia Legislativa até o limite de Cr\$ 705.000.000 (setecentos e cinco milhões de cruzeiros), objetivando complementar recursos insuficientemente dotados na forma a seguir especificada: dotação 0101.01010012.001 — subelementos 3.1.3.2, 3.2.5.5 e elemento 4.1.2.0.

Art. 2.º — Servirá como recurso para a cobertura do crédito supramencionado, o disposto no § 1.º, item II, do Art. 43, da Lei Federal n.º 4320, de 17 de março de 1964.

Art. 3.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

— À Diretoria Legislativa.

### Requerimentos:

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER após ouvido o Plenário, Regime de Urgência ao Projeto de Lei de sua autoria, de número 208/84, concedendo o título de Cidadãos Honorários a Sra. ETY G. FORTE e ao Sr. LUIZ FORTE NETTO.

Sala das Sessões, em 26 de novembro de 1984.

(a) ANIBAL KHURY

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após expressa aprovação do Plenário, seja dada PREFERÊNCIA DE VOTAÇÃO aos Projetos de Resolução números 194 e 195/84, constantes da Ordem do Dia desta data.

Sala das Sessões, em 26 de novembro de 1984.

(a) NILSO SGUAREZI

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após expressa aprovação do Plenário, seja dada PREFERÊNCIA DE VOTAÇÃO aos Projetos de lei números 288, 302, 311, 314, 315 e 316, todos de 1984, constantes da Ordem do Dia desta data.

Sala das Sessões, em 26 de novembro de 1984.

(a) NILSO SGUAREZI

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER após ouvido o Plenário, dispensa de publicação de Redação Final ao Projeto de Lei n.º 222/84, de autoria do Poder Executivo.

Sala das Sessões, em 26 de novembro de 1984.

(a) EZEQUIAS LOSSO

# REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

Os Deputados que o presente subscrevem, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUEREM após aprovação do Plenário, seja retirado da Ordem do Dia o Projeto de Lei n.º 222/84, de autoria do Poder Executivo (Mensagem n.º 175/84), que concede gratificação adicional por tempo de serviço aos Conselheiros e Auditores do Tribunal de Contas do Estado e aos Procuradores junto ao mesmo Tribunal, por três (03) sessões.

Sala das Sessões, em 26 de novembro de 1984.

(aa) NILSO SGUAREZI e  
GILBERTO CARVALHO

# REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER após ouvido o Plenário, a retirada e o arquivamento do Projeto de Lei n.º 201/84, de sua autoria, visando com este procedimento, um estudo mais detalhado sobre a matéria, mas se reservando de brevemente reapresentá-lo nesta Casa.

Sala das Sessões, em 26 de novembro de 1984.

(a) ANIBAL KHURY

# REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER após aprovação do Plenário, desistência da Proposição de Emenda à Constituição n.º 144/84 bem como seu apensamento à Proposição de Emenda à Constituição n.º 204/84.

Sala das Sessões, em 26 de novembro de 1984.

(a) MÁRCIO ALMEIDA

# JUSTIFICATIVA:

Foi apresentada, nesta data, Emenda à Proposição n.º 204/84, em termos similares àquelas constantes da Proposição n.º 144/84, cuja justificativa é a mesma, e passará a fazer parte integrante da modificação proposta em forma aditiva.

# REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER após ouvido o soberano Plenário, voto de profundo pesar pelo falecimento do jovem GUSTAVO VOUPON, filho de Máximo Voupon, falecido no último dia 15, em virtude de um acidente automobilístico.

Solicito ainda, seja enviado expediente à família da vítima, residente à Rua Santos Dumont, 505, Jardim Aviação, Presidente Prudente, São Paulo, CEP. 18.100.

Sala das Sessões, em 26 de novembro de 1984.

(a) EDUARDO BAGGIO

# REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER após ouvido o Plenário, a consagração em ata da presente sessão, de voto de profundo

pesar pelo passamento do Sr. JÚLIO PELLISSARI, ocorrido em 24 do mês corrente, na cidade de Ponta Grossa.

Membro de tradicional família pontagrossense, o Sr. Júlio Pellissari era casado com a Sra. Maria Gruhs Pellissari, militou por muitos anos no comércio pontagrossense e foi membro da Associação Comercial.

O fato abalou de forma profunda a sociedade local, onde gozava de grande estima e respeito dos muitos amigos que possuía.

Desta decisão, requer ainda, seja dada ciência à família enlutada, no seguinte endereço: Rua Santos Dumont, 1234, Ponta Grossa - PR.

Sala das Sessões, em 26 de novembro de 1984.

(a) ODENI MONGRUEL

# REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

A Deputada que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER após ouvido o Plenário, a consagração na Ata dos trabalhos de hoje, de voto de pesar pelo falecimento de APARECIDA HELENA TOSETTO NAVARRO, esposa de Ginés Navarro Peres, pela importância que serviu a Arapongas, identificando-se como pioneiros daquele município.

Requer outrossim, após deliberação desta Casa, seja enviado ofício à família enlutada.

Sala das Sessões, em 26 de novembro de 1984.

(a) IRONDI PUGLIESI

# REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER após ouvido o Plenário, um voto de congratulações para a CELEPAR - Companhia de Processamento de Dados do Paraná, pelo magnífico trabalho que vem desenvolvendo em seus vinte anos de existência, comemorado em 24 de novembro de 1984.

Requer ainda, que do presente, se dê ciência ao Ilustríssimo Sr. Valdemar Alegrette, MD. Presidente da CELEPAR, dirigindo-se para Rua Mateus Leme, 1561, nesta Capital.

Sala das Sessões, em 26 de novembro de 1984.

(a) ORLANDO PESSUTI

# REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, a consagração na Ata dos trabalhos da sessão de hoje, voto de congratulações ao Sr. JOÃO ALFREDO COSTA e Senhora VENINA MEYER COSTA, pela comemoração que acontecerá no próximo dia 24, na municipalidade de Ibaiti, dos seus cinquenta anos de feliz matrimônio (Bodas de Ouro).

João Alfredo Costa e Venina Meyer Costa completam meio século de uma verdadeira união, marcada especialmente pela compreensão, espírito de luta, religiosidade e, acima de tudo, muito amor.

Destes anos todos, inúmeros foram os momentos vividos por aquele casal, épocas difíceis, cuja superação de tais dificuldades somente foram vencidas graças ao trabalho, dedicação e firmeza de propósitos. Mas também existiram incontáveis instantes de muitas alegrias, de felicidades.

Não poderia deixar de, através do presente requerimento de votos de congratulações, de certa forma, procurar nos anos de feliz convivência daquele casal, não somente entre eles, mas no envolvimento social, refletir sobre a real necessidade de que o mundo, que vive a todo instante transformações imensas, muitas delas aliás mais fruto talvez da própria ambição ou ganância dos homens; refletir que somente bem poucos são capazes de se colocar acima de qualquer eventual dificuldade, trazendo a todos que têm a feliz oportunidade de com eles conviverem, transmitir uma confiança e fé, fatores que o mundo hoje tanto precisa, com honestidade, e a valorização dos mais elementares princípios de justiça e de respeitabilidade humana.

Ao Sr. João Alfredo Costa e a Sra. Vevina Meyer Costa, que continuem a simbolizar o vivo exemplo do que deva ser um verdadeiro casal, tão bem demonstrado na educação de seus filhos Marlene, Aramis, Atos, Marise e João Alfredo.

Sala das Sessões, em 26 de novembro de 1984.

(a) RUBENS BUENO

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, REQUER, depois de ouvido o Plenário, o envio de votos de congratulações aos Coordenadores da Equipe Técnica responsável pelo Projeto de Caracterização de Alternativas e Identificação de Oportunidades de Investimentos — Oportunidades Regionais, da Secretaria da Indústria e Comércio em convênio com a Fundação Universidade Estadual de Londrina.

Sala das Sessões, em 26 de novembro de 1984.

(a) MÁRCIO ALMEIDA

#### JUSTIFICATIVA:

O trabalho realizado pela Secretaria de Indústria e Comércio, em convênio com a Universidade Estadual de Londrina, é de suma importância.

Através dele o Governo tem uma radiografia da situação econômica e social, além de ter um levantamento fiel de oportunidades de investimentos nos setores mais promissores.

Com os dados levantados o Governo do Estado poderá planejar e direcionar seus organismos no sentido de soluções mais imediatas. Como forma de "reaquecer", pouco a pouco a economia, existem soluções caboclas, hoje muito incentivadas pelo Governo Estadual, tais como a Gralha Azul e o Super micro.

Uma das conclusões do trabalho realizado na região de Londrina, foi constatado que existe mão-de-obra abundante, recursos regionais que podem ser utilizados além da necessidade de reativação do parque industrial, hoje com capacidade ociosa estimada em 65 por cento.

Através de trabalhos como este, desenvolvido em Londrina e em outras regiões do Estado, será possível atenuar o nível de desemprego e ao mesmo tempo complementar o quadro industrial, o que irá melhorar de forma considerável o atual quadro econômico do Paraná.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, depois de ouvido o Plenário, o envio de votos de congratulações ao jornal "Nosso Tempo", pelo transcurso do seu quarto aniversário.

Sala das Sessões, em 26 de novembro de 1984.

(a) MÁRCIO ALMEIDA

#### JUSTIFICATIVA:

O papel da imprensa tem que ser reconhecido e lembrado como formador de opinião pública. A atenção da imprensa livre, ideal de todos, tem sido responsável pelo fortalecimento histórico da luta dos povos em busca da Justiça.

Nesta oportunidade, em que vemos a perseverança do jornal "Nosso Tempo" comemorar seu quarto aniversário de fundação, queremos desejar que os ideais que regem a imprensa, continuem marcando fundo a história do Oeste, e porque não dizer, do Paraná.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER após ouvido o Plenário, seja consignado na ata dos trabalhos, um voto de regozijo e congratulações ao animador e apresentador de televisão, MÁRIO VENDRAMEL, que está comemorando 15 anos de atividades artísticas.

Trata-se de um profissional honrado, de grande valor, um dos melhores comunicadores do Brasil, que tem pautado sua carreira dentro dos mais elevados padrões da moral. Nos 15 anos de profissão, Mário Vendramel revelou grandes talentos e, através da televisão ou pessoalmente, tem se empenhado com muito amor para levar alegria aos paranaenses de todos os municípios.

Paralelamente ao longo dos 15 anos dessa carreira coroadada de tanto sucesso, Mário Vendramel notabilizou-se também, pelas inúmeras campanhas sociais que comandou nos programas sob sua responsabilidade, atualmente difundidos através da Televisão Iguazu Canal 4, de Curitiba, e retransmitidos por estações do interior, por sinal, com excelente índice de audiência. É um profissional que tem orgulhado a nós paranaenses.

Requer ainda, que esta manifestação da Assembleia Legislativa do Paraná seja comunicada ao homenageado, residente nesta Capital, à Rua Brigadeiro Franco, 182, apt. 216, Mercês.

Sala das Sessões, em 26 de novembro de 1984.

(a) ANTÔNIO BELINATI

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER após ouvido o Plenário, a consignação de voto de congratulações ao povo do Município de Cafelândia do Oeste, pelas comemorações do segundo aniversário de emancipação política.

Requer ainda, seja encaminhada cópia do presente expediente ao Prefeito Municipal, Agenor Pasquali, e aos Vereadores de Cafelândia do Oeste.

Sala das Sessões, em 26 de novembro de 1984.

(aa) EDGARD PIMENTEL

#### JUSTIFICATIVA:

O Município de Cafelândia do Oeste comemorou na data de ontem, as festividades em comemoração ao segundo aniversário de sua emancipação política.

Nada mais justo do que homenagear a população de Cafelândia do Oeste, que pelo seu pioneirismo e capacidade de trabalho, transformou aquele município em pólo econômico e social do Oeste Paranaense e que, de maneira pujante, vem contribuindo para o fortalecimento econômico do Estado e arre-

cadando divisas para o País, com sua expressiva produção agrícola.

## REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, a consagração na ata dos trabalhos da sessão de hoje, votos de congratulações à Municipalidade de Engenheiro Beltrão pela comemoração, no dia de hoje, de seu 29.º aniversário de emancipação político-administrativa, com conseqüente encaminhamento aos Excelentíssimos Srs. Prefeito Municipal, Anésio Rosa, Presidente da Câmara Municipal de Vereadores, João Ribeiro de Macedo e aos Ilustríssimos Srs. Presidentes das Agremiações Partidárias existentes na cidade.

A faixa de terras a Nordeste de Campo Mourão e a Leste de Peabiru, compreendida entre os Rios Ivaí e Mourão, pertencente à Sociedade Técnica e Colonizadora Engenheiro Beltrão Limitada.

Aquela referida organização, no ano de 1949, após diversos estudos e levantamentos realizados, resolveu fundar, no eixo rodoviário que liga Campo Mourão a Maringá, um povoado. Naquela mesma oportunidade, aquela localidade passou-se a chamar de Engenheiro Beltrão, em homenagem a este que era diretor daquela firma, como reconhecimento não somente por ter permitido o surgimento do lugar que desde então levava seu nome, mas pela sua dedicação a causa do desbravamento.

Ainda naquele mesmo período, implantou-se as primeiras estruturas que foram gradualmente ampliadas na medida que vinham chegando os primeiros moradores e, graças ao trabalho destes pioneiros e a própria fertilidade das terras, o progresso da nova localidade se deu muito rapidamente.

Exatamente pelo processo desenvolvimentista de Engenheiro Beltrão é que, a 27 de janeiro de 1951, pela Lei Estadual 613, foi elevada à categoria de Distrito Administrativo e Judiciário ao mesmo tempo.

O crescimento continuava em ritmo acelerado fazendo com que, em 26 de novembro, de acordo com a Lei Estadual 253, do ano de 1954, foi criado o Município de Engenheiro Beltrão, que se emancipava política e administrativamente de Peabiru.

Sua instalação deu-se também no dia 26 de novembro, só que no ano seguinte, tendo sido empossado o primeiro prefeito municipal de Engenheiro Beltrão, que foi o Excelentíssimo Sr. Joaquim Antônio Bueno.

Ao completar 29 anos de sua existência como município, Engenheiro Beltrão apresenta um desenvolvimento invejável que só foi como é possível graças ao seu laborioso povo, que sem dúvida alguma herdou dos seus pioneiros a mesma bravura e disposição, indispensáveis no desenvolvimento de qualquer localidade.

Sala das Sessões, em 26 de novembro de 1984.

(a) RUBENS BUENO

## REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, a transcrição nos Anais desta Assembléia Legislativa, voto de congratulações à Diretoria do Lions Club de Campo Mourão, por ter completado, no último dia 23, mais um ano de sua fundação, com conseqüente encaminhamento

ao Ilustríssimo Sr. Flávio Rufino Siewerdt, DD. Presidente daquela entidade.

O Lions Club de Campo Mourão, tem se destacado, sem dúvida alguma, nos trabalhos relacionados à melhoria das condições da população mais carente, através do desenvolvimento de trabalhos como campanhas visando a arrecadação de, por exemplo, agasalhos e outras vestes, mantimentos ou remédios. Enfim, todo apoio possível notadamente junto às instituições filantrópicas, como creches, albergues e asilos.

Em Campo Mourão, o Lions, além de se destacar pelo trabalho de assistência social, tem se respaldado por estar sempre integrado nas mais expressivas manifestações que tenham por objetivo o engrandecimento daquela cidade e região.

Neste sentido, quando o Lions Club de Campo Mourão completa mais um ano de existência sempre com a finalidade maior, que é o homem, não poderia deixar de manifestar, através do presente requerimento, minhas congratulações aos seus associados, através de sua atual e dinâmica diretoria.

Sala das Sessões, em 26 de novembro de 1984.

(a) RUBENS BUENO

## REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, REQUER da Secretaria de Estado dos Transportes, estudos técnicos para elaborar, a partir da retificação da estrada municipal, um Plano Viário, no Município de Palmas, tendo em vista a precária situação daquele município.

Sala das Sessões, em 26 de novembro de 1984.

(a) NILSO SGUAREZI

## JUSTIFICATIVA:

O Município de Palmas, com a área de 3.245.152 km e uma população de 35.876 habitantes, é indiscutivelmente uma região como poucas, no Estado.

Possui ainda considerável reserva florestal, sendo portanto, uma das fronteiras agrícolas que podem ser abertas com racionalidade, e segurando o fluxo populacional no interior do Estado.

Outra característica peculiar de Palmas é que sua estrutura fundiária é entremeada de minilatifúndios e latifúndios, valendo dizer que se não existir um eficiente sistema viário, o desenvolvimento será retardado, como aliás tem ocorrido até aqui.

A partir de uma rodovia-tronco verdadeira espinha dorsal que liga a sede do município a praticamente todo o interior e o Município de Bituruna, torna-se fácil o escoamento da produção, cuja tendência é crescer significativamente a partir da garantia do seu escoamento.

Assim, esta rodovia, com algumas retificações aproveitaria aquela já existente que resultou dos primeiros caminhos do pioneirismo dos desbravadores, mas que se mostra precária às necessidades atuais.

Servirá para ligar as comunidades de Retiro, Butiá, Iguaçu e Irati, além de aproveitar pontes do Rio Chopim e Iratim, esta já sendo construída pelo próprio DER. já está sendo construída pelo próprio DER.

## REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais, REQUER à Mesa, ouvido o Plenário, o encaminha-

mento de expediente oficial a Sua Excelência o Sr. Secretário de Estado da Segurança Pública, Luiz Felipe Haj Mussi, com a solicitação de que determine a construção de um prédio, na sede do Município de Maria Helena, destinado ao funcionamento da Delegacia de Polícia.

Sala das Sessões, em 26 de novembro de 1984.

(a) NELSON VASCONCELLOS

#### JUSTIFICATIVA:

O expressivo desenvolvimento por que atravessa o Município de Maria Helena determina grande concentração humana dentro do complexo bancário, comercial e de fluxo agropecuário, fazendo com que as estruturas ligadas à boa aplicação de normas de segurança pública se ampliem a atendam, a tempo, à demanda aos interesses da sociedade.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, encaminhamento ao Ilustríssimo Sr. Presidente da TELEPAR - Telecomunicações do Paraná, através do Excelentíssimo Sr. Secretário de Estado do Interior, visando o desenvolvimento de estudos no sentido de que seja avaliada a possibilidade da liberação de 70 novos canais telefônicos para a municipalidade de Quinta do Sol.

O requerimento se faz necessário tendo em vista reivindicação do Ilustríssimo Sr. Daniel Ribeiro de Souza, ex-Presidente da Executiva do Diretório Municipal do Movimento Democrático Brasileiro - PMDB, e antigo morador daquela cidade. Este afirma que os munícipes é que estão cobrando a liberação de novos canais telefônicos.

A ausência de novos aparelhos tem gerado até mesmo alguns transtornos, pois são muitos os interessados, tanto os que têm atividades junto ao comércio, na área rural (especialmente próxima ao perímetro urbano) como em residências.

Ademais, há muito tempo que essa Companhia não promove uma campanha destinada a incentivar a comunidade de um modo geral no sentido da aquisição de aparelhos de telefonia.

Por tratar-se de uma importante solicitação, espera-se a adoção de medidas que venham de encontro ao atendimento o mais rápido possível, do que ora é exposto.

Sala das Sessões, em 26 de novembro de 1984.

(a) RUBENS BUENO

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, encaminhamento de solicitação oficial dirigida à Excelentíssima Sra. Secretária de Estado da Educação no intuito de que realizem estudos visando avaliar as reais possibilidades da implantação do ensino de primeira a quarta séries no Colégio Estadual Helena Kolody - Ensino de Segundo Grau, localizado na municipalidade de Terra Boa.

A implantação da Primeira à Quarta Séries, naquele citado estabelecimento de ensino, pertencente à rede estadual,

trata-se de uma antiga reivindicação da comunidade de Terra Boa, notadamente por parte do meio educacional. A sua concretização permitirá, sem dúvida alguma, oferecer em primeiro lugar a ocupação de salas de aula que nos dias de hoje se encontram ociosas, notadamente no período noturno.

Ademais, devido à localização e à própria estrutura das instalações do Colégio Estadual Helena Kolody, será possível acomodar muitas crianças que até mesmo não estão estudando exatamente pela falta de vagas em locais que permitam seu fácil acesso.

Diante da exposição de motivos, é de se esperar que essa Secretaria de Estado da Educação autorize imediatamente o funcionamento do ensino de primeira a quarta séries, de acordo com reivindicação formalizada pelo Excelentíssimo Sr. Prefeito Municipal de Terra Boa, Elso Garcia Segura e da Ilustríssima Sra. Inspectora Estadual de Educação, Vera Lúcia da Silva Zanatta.

Sala das Sessões, em 26 de novembro de 1984.

(a) RUBENS BUENO

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, encaminhamento de solicitação oficial dirigida a Ilustríssima Sra. Diretora Superintendente da FUNDEPAR - Fundação Educacional do Paraná, através da Excelentíssima Sra. Secretária de Estado da Educação para que haja a realização de estudos objetivando a autorização para o funcionamento de uma sala especializada destinada a educandos em fase pré-escolar excepcionais na municipalidade de Terra Boa.

O presente requerimento se faz necessário, tendo em vista a iniciativa do Excelentíssimo Sr. Elso Garcia Segura, Prefeito Municipal, e da Ilustríssima Sra. Vera Lúcia da Silva Zanatta, DD. Inspectora Estadual da Educação, estes afirmam ser da maior importância a implantação de uma estrutura que esteja efetivamente voltada à educação das crianças em fase pré-escolar que possuam alguma excepcionalidade de ordem física ou mental.

Ademais, a referida sala especial, pode perfeitamente ser instalada no prédio da antiga Prefeitura daquela cidade, juntamente com o MOBREAL.

Outro fato que é imprescindível relatar, refere-se, além de ser uma antiga reivindicação, o de que aquele tipo de ensino seria uma extensão da Escola Monteiro Lobato. E, quanto ao professor com especialização para ministrar aulas especiais às crianças, Terra Boa já possui, e que, segundo a Inspeção Estadual, poderia ficar à disposição para tal.

Portanto, no aguardo de um posicionamento dessa Pasta, espera-se que o mesmo seja no sentido do atendimento do que ora é apresentado como reivindicação.

Sala das Sessões, em 26 de novembro de 1984.

(a) RUBENS BUENO

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas

atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, encaminhamento de solicitação oficial dirigida ao Excelentíssimo Sr. Secretário de Estado da Cultura e do Esporte, encarecendo a destinação de recursos orçamentários a serem aplicados na realização de reformas gerais no Estádio Orlando Donato, localizado na municipalidade de Janiópolis.

O estado em que se encontra nos dias de hoje o Estado Municipal Orlando Donato, em Janiópolis, é sem dúvida alguma, muito ruim, pois aquela praça esportiva, ao longo dos anos do seu constante uso, aliando-se a isto muitas vezes as próprias intempéries, apresenta diversas danificações nas suas instalações.

Neste sentido, a Administração Municipal, reconhecendo a importância em recuperar aquele local, não tem, por outro lado, medido esforços no sentido de proporcionar novamente o melhor uso do Estádio Municipal. Mesmo assim, os recursos dos cofres daquela prefeitura, são insuficientes à execução das citadas obras.

De acordo com iniciativa do Excelentíssimo Sr. Prefeito Municipal, Neurides Valber Brero, há a real necessidade que essa Secretaria de Estado da Cultura e do Esporte examine a possibilidade da liberação de recursos financeiros capazes de permitir a concretização das pretendidas obras.

Sala das Sessões, em 26 de novembro de 1984.

(a) RUBENS BUENO

#### REQUERIMENTO

SÚMULA: REQUER, na condição de Presidente da Comissão de Educação da Assembléia Legislativa do Estado, seja oficiado ao Excelentíssimo Sr. Deputado Federal WALBER GUIMARÃES, solicitando-lhe que ofereça, com a maior urgência, parecer à Câmara dos Deputados, a respeito da DENÚNCIA subscrita por PAULO EGON WIEDERKEHR e outros, datada de 24 de agosto de 1984, contra o Excelentíssimo Sr. Presidente da República, GENERAL JOÃO BAPTISTA FIGUEIREDO, por violação do previsto no próprio caput do art. 82, ao DESCUMPRIR a Constituição da República e ao cometer, assim, CRIME DE RESPONSABILIDADE.

Documentos remetidos à Presidência da CE da AL, dão conta de que a aludida representação encontra-se nas mãos do Deputado Walber Guimarães. E a bem da verdade, para que se desvançam quaisquer suspeitas de que o Parlamentar paranaense, político de reputação ilibada, estaria boicotando através de omissão proposital e em conluio com a alta cúpula do Governo Federal o oferecimento do aludido parecer, e dada a importância da referida denúncia a nível nacional, é que se enfatiza o apelo aos nobres Pares desta Casa de Leis, objetivando-se a aprovação ao conteúdo ora proposto.

Senhor Presidente.

O Deputado que a este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa seja oficiado ao Excelentíssimo Sr. Deputado WALBER GUIMARÃES, solicitando-lhe que ofereça, com a maior brevidade possível, parecer à Mesa

da Câmara em representação subscrita pelo Sr. PAULO EGON WIEDERKEHR e outros.

Cioso pela manutenção do excelente conceito de que goza o Deputado Walber Guimarães, entende a presidência da CE da AL. que não devem prosperar veiculações que, paralelamente ao recebimento de cópia da denúncia, deram conta de que, subrepticiamente, a representação estaria sendo prejudicada por manobras de esvaziamento em termos de tramitação burocrática e diretamente relacionadas ao Deputado Federal Walber Guimarães que, designado pela presidência da Câmara dos Deputados para tanto, estaria hibernando indefinidamente e comprometendo o próprio êxito da denúncia pelo sistemático adiamento quanto à oferta do indispensável parecer, alegação esta que não condiz com todo um brilhante passado de altas virtudes políticas do Deputado Federal Walber Guimarães.

Consolidada fundamentalmente em torno de uma postura de compromissos com a bandeira da EDUCAÇÃO NACIONAL, a representação em pauta é por inteiro uma peça acusatória contra o Excelentíssimo Sr. Presidente da República, contra quem paira o descumprimento do caput do art. 82 da Constituição, incidindo, portanto, o mais alto mandatário do País, em crime de responsabilidade, pois:

1. O Congresso Nacional, pelo voto da maioria qualificada de seus membros, aprovou, a 25 de novembro de 1983, proposta de emenda constitucional apresentada pelo Senador João Calmon e por Senadores e Deputados, na proporção determinada pela Carta Magna. Ao ser promulgada, a 01 de dezembro de 1983, essa emenda conferiu ao artigo 176 da Constituição, o seguinte parágrafo quarto:

“Anualmente a União aplicará nunca menos de 13 por cento, e os Estados, o Distrito Federal e os Municípios VINTE E CINCO POR CENTO, no mínimo, da receita resultante de impostos, na manutenção e desenvolvimento do ensino”.

2. A partir daí, portanto, o descumprimento dessa norma constitucional passa a constituir CRIME DE RESPONSABILIDADE do Presidente da República, conforme estabelece o caput do mencionado artigo 82, a que se referem ainda a Lei 1079/50 e a Resolução 93/70, do Senado Federal.

3. O orçamento da União para 1984, ao ser aprovado pelo Congresso Nacional em sessão realizada a 5 de dezembro de 1983, não determinava a aplicação pelo Governo Federal, na manutenção e desenvolvimento do ensino, de verbas na proporção compatível com o previsto no mencionado artigo 176, parágrafo quarto, da Constituição Federal.

4. O Ministro-Chefe da Secretaria de Planejamento da Presidência da República, Delfim Neto, encaminhou ao Presidente da República, a 27 de dezembro de 1983, uma exposição de motivos, justificando a contenção de despesas, da ordem de 12 por cento no orçamento da União. Nesse documento, alegava o Sr. Ministro, que as emendas constitucionais de números 23 e 24, “vieram a ampliar o grau de dificuldades para o gerenciamento do orçamento fiscal”. Como haviam sido “aprovadas e pro-

mulgadas após a elaboração do orçamento, afirmava o Ministro, "impõe-se a adoção de medidas que visem a atenuar as repercussões desses eventos na execução orçamentária da União". A contenção de 12 por cento no orçamento, foi então determinada pelo Decreto-Lei 2099, de 28 de dezembro de 1983.

5. A pedido do gabinete da Sra. Ministra da Educação, o Conselho Federal de Educação aprovou a 13 de fevereiro de 1984, parecer exarado pelo eminente Conselheiro Caio Tácito, a respeito da aplicação da Emenda número 24, e da definição da expressão "manutenção e desenvolvimento do ensino". Mostra o referido parecer, que mereceu aprovação unânime do egrégio Conselho Federal de Educação e que:

5.1 — "Incorporando-se, de plano, ao conjunto de normas constitucionais que, por sua hierarquia, se sobrepõem à legislação comum, a exigibilidade do preceito nela estipulado opera imediatamente, impondo-se a aplicação do seu conteúdo no exercício financeiro de 1984". A norma é, evidentemente, autoaplicável.

5.2 — Mesmo que fosse anterior à promulgação da lei orçamentária, o que não ocorreu, pois esta foi promulgada apenas a 5 de dezembro, isto não importaria, uma vez que, mostra o Conselheiro, "a lei orçamentária, a par de ser lei autorizativa, não pode obstar a eficácia da norma constitucional imperativa".

5.3 — Na hipótese de que a previsão orçamentária não satisfaça à exigência mínima da Constituição, "caberá a concessão de crédito suplementar que amplie, até o limite estipulado, a autorização de despesas com a manutenção e desenvolvimento do ensino".

6. Nem cabe aqui a discussão a respeito dos percentuais de aplicação do Orçamento da União no ensino, uma vez que o próprio Executivo admite, pela voz autorizada do Ministro Delfim Neto, que esse percentual mínimo determinado pela Emenda número 24, não vinha sendo obedecido. Essa admissão se fez a 15 de março, em ofício dirigido pelo Ministro do Planejamento ao Secretário da Educação do Estado de Goiás, Deputado Adhemar Santillo, respondendo a protesto que os Secretários de Educação de todo o País, reunidos no V Foro Nacional de Educação, lhe encaminharam com relação ao descumprimento da emenda. Diz no referido ofício o Ministro Delfim Neto: "não há quem não veja que esse dispositivo constitucional refere-se e pressupõe a elaboração orçamentária. Se é certo, por objetivo, evidente e lógico, que a promulgação da lei orçamentária, para o exercício de 1984, é contemporânea da Emenda Constitucional número 24, não pode haver dúvida alguma de que esta só produzirá seus efeitos a partir do orçamento de 1985". Está aí o reconhecimento cabal, partido do próprio Governo, de que não se preocupou em cumprir o determinado na Constituição.

7. Presentemente, desenvolve-se no executivo, como o comprovam declarações prestadas a 22 de agosto de 1984, por funcionários do Ministério da Educação e Cultura

perante a Comissão de Educação e Cultura da Câmara dos Deputados, estudos realizados no âmbito do próprio Ministério da Educação e Cultura e da Secretaria de Planejamento da Presidência da República, visando regulamentar a Emenda Constitucional número 24. Essa regulamentação vem sendo mantida no mais completo sigilo, a ponto de ter sido negada vista a membros do Poder Legislativo que a solicitaram, inclusive na referida sessão da Comissão de Educação e Cultura. De resto, tal regulamentação é plenamente dispensável para o cumprimento da norma constitucional — senão desnecessária — uma vez que apenas nos casos em que a Constituição expressamente o exige, caso por exemplo da participação dos empregados nos lucros das empresas, é que uma lei que regulamenta dispositivo constitucional é precisa para sua aplicação efetiva.

8. Como confirma o parecer do eminente Conselheiro Caio Tácito, "no tocante à União, o descumprimento do princípio de destinação obrigatória de parcela determinada da receita poderá, mediante lei, ser enquadrado entre as violações da lei orçamentária que configuram crime de responsabilidade do Presidente da República a ser objeto de processo próprio. É o processo cuja denúncia se regula pelo artigo 82, da Constituição, e o andamento pelo artigo 83.

A norma constitucional vigente é clara, seu entendimento está suficientemente preciso, não apenas pelos princípios básicos do Direito Constitucional, mas também pelo parecer exarado por um órgão normativo do próprio Poder Executivo, o Conselho Federal de Educação. Existe legislação definindo o crime de responsabilidade do Presidente da República, assim como as formas de apresentação da denúncia e de seu processamento, cabendo à Câmara dos Deputados examinar a procedência da acusação, pelo voto de dois terços de seus membros. O próprio Executivo, neste caso, admite não vir cumprindo determinação constitucional, violando assim o previsto no caput do artigo 82, da Carta Magna.

E é fundamentalmente, pela relevância das razões invocadas, que trazem consigo repercussões para toda a estrutura educacional do País, que se espera possa vir à luz sem mais delongas, o parecer do Deputado relator para a representação, Walber Guimarães.

Sala das Sessões, em 26 de novembro de 1984.

(a) TADEU FRANÇA

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, encaminhamento de solicitação oficial dirigida ao Excelentíssimo Sr. Secretário de Estado da Saúde e do Bem-Estar Social, visando a destinação de uma ambulância devidamente equipada, para prestar atendimento na municipalidade de Juranda.

A parte que diz respeito ao setor de saúde necessita mais do que nunca de uma estrutura que, efetivamente, esteja à altura do porte do Município de Juranda.



Neste sendo, como forma de agilizar os trabalhos de assistência médico-hospitalar, torna-se indispensável que essa Secretaria de Estado da Saúde e do Bem-Estar Social avalie as condições de determinar a doação de uma ambulância devidamente equipada.

Ademais, trata-se de uma reivindicação bastante antiga feita especialmente pelo conjunto dos moradores daquela cidade, através da Administração Municipal, Excelentíssimo Sr. Diemes Amadei, Prefeito Municipal, através da Câmara dos Vereadores, do Excelentíssimo Sr. Calixto Neto, do Diretório Municipal do Partido do Movimento Democrático Brasileiro — PMDB, do Excelentíssimo Presidente da Executiva, Jair Grigato.

Sala das Sessões, em 26 de novembro de 1984.

(a) RUBENS BUENO

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, encaminhamento de solicitação oficial dirigida ao Ilustríssimo Sr. Presidente da COPEL — Companhia Paranaense de Energia, através do excelentíssimo Sr. Secretário de Estado do Interior, no sentido de reiterar solicitação formulada quanto a criação e instalação de uma subestação desta companhia, na municipalidade de Juranda.

No dia 22 de março do corrente ano, em sessão plenária realizada nesta Assembléia Legislativa, o Deputado, que abaixo subscreve, formalizou requerimento encarecendo a realização de estudos visando a criação e instalação de uma subestação na municipalidade de Juranda.

Naquela mesma época, fora relatada a real necessidade da implantação de tal benefício, tendo em vista os constantes reclamos por parte dos usuários de energia elétrica.

Decorridos todo esse tempo, a comunidade daquele município está insistindo na tomada de uma posição por parte dos organismos estaduais quanto à implantação de uma subestação da COPEL, pois somente com essa medida é que será possível, definitivamente, por fim aos transtornos causados pelos inúmeros cortes ou interrupções de fornecimento de energia.

Ademais, além da ausência de energia, acontece que o seu retorno ou normalização só se constata depois de um longo tempo de espera, tendo em vista que os reparos só podem ser feitos após a vinda dos técnicos oriundos da cidade de Ubatã, município que fica distante cerca de 14 quilômetros.

Diante da exposição de motivos, espera-se dessa Companhia, juntamente com essa Secretaria de Estado do Interior, avaliem sobre o que ora é reivindicado, atendendo deste modo proposição feita em conjunto pela Prefeitura Municipal de Juranda, através do Excelentíssimo Sr. Diemes Amadei, Chefe do Executivo Municipal, do Excelentíssimo Sr. João Calixto Neto, Presidente da Câmara Municipal de Vereadores e do Excelentíssimo Sr. Jair Grigato, Vereador e Presidente do Diretório Municipal do Partido do Movimento Democrático Brasileiro — PMDB.

Sala das Sessões, em 26 de novembro de 1984.

(a) RUBENS BUENO

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

A Deputada que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER após ouvido o Plenário, o envio de expediente ao Sr. José Campos Hidalgo, MD. Presidente do Banco do Estado do Paraná, solicitando a instalação de uma Agência no Município de Iguaraçu, visto que naquela cidade não existe estabelecimento bancário do Estado.

Sala das Sessões, em 26 de novembro de 1984.

(a) IRONDI PUGLIESI

#### JUSTIFICATIVA:

Iguaraçu possui atualmente um grande número de habitantes, polarizando um centro agrícola de grande importância no Norte do Estado.

Sua situação geográfica, localizada em ponto estratégico de ligação com outros municípios, de grande e médio porte, proporciona um constante movimento no comércio, gerando divisas devido sua constituição em grandes áreas agropecuárias, que tende a se expandir com facilidade.

Constitui também de incômodo, o pagamento dos servidores estaduais, que são feitos pela agência da cidade de Munhoz de Melo, tendo estes que se deslocar constantemente para esse fim.

Com os motivos apresentados, solicitamos a instalação da referida agência bancária com o intuito de oferecer mais esse serviço público à população de Iguaraçu.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

A Deputada que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER após ouvido o Plenário, seja enviado expediente ao Sr. Max Rosenmann, MD. Superintendente do Instituto de Previdência aos Servidores do Estado do Paraná, solicitando a instalação de uma agência no Município de Itaguajé, pela importância que esta proporcionaria aos servidores do município e região vizinha.

Sala das Sessões, em 26 de novembro de 1984.

(a) IRONDI PUGLIESI

#### JUSTIFICATIVA:

Itaguajé conta hoje com um grande número de servidores estaduais distribuídos nos diversos órgãos da administração municipal.

Entretanto, dada a inexistência de um atendimento previdenciário do Estado no município, é necessário que seus servidores recorram a outros centros mais próximos como Maringá e Apucarana, a 90 e 120 km de distância, respectivamente.

Por outro lado, com a instalação desta Agência em Itaguajé, serviria a vários outros municípios vizinhos, como Jardim Olinda, Santa Inês, Santo Inácio, Cafeara, Lupionópolis, Nossa Senhora das Graças, Guaraci, entre outros, apenas nos casos mais difíceis de solução seriam encaminhados aos centros de melhor infra-estrutura.



## REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

A Deputada que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja solicitado ao Sr. Ary Veloso Queiroz, MD. Presidente da Companhia Paranaense de Energia Elétrica, a instalação de uma luminária com refletores de alta potência, no trevo da BR-317, Km 18, que dá acesso à cidade de Iguaçu.

Sala das Sessões, em 26 de novembro de 1984.

(a) IRONDI PUGLIESI.

## JUSTIFICATIVA:

Devido ao grande número de acidentes ocorridos no contorno que dá acesso à cidade de Iguaçu, na altura do km 18, da BR-317, por solicitação de representantes da comunidade e Diretorio Municipal do PMDB, foi construído um trevo rodoviário no local.

Entretanto, dada a proximidade da rodovia à cidade, gerou uma grande preocupação na população pela persistência dos sinistros, embora tenha diminuído sensivelmente.

Contudo, para minimizar esses imprevistos, solicitamos a instalação de um poste com luminárias de alta potência no trevo, para melhorar a visibilidade de acesso àquela cidade.

## REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

A Deputada que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de expediente ao Sr. Fernando Eugênio Gignone, MD. Secretário de Estado da Cultura e do Esporte, solicitando a construção de uma Cancha de Esportes no Município de Itaguajé.

Sala das Sessões, em 26 de novembro de 1984.

(a) IRONDI PUGLIESI.

## JUSTIFICATIVA:

Itaguajé, com pouco mais de 5.700 habitantes, não dispõe de um centro esportivo para sua população.

Utilizando-se de pequenos espaços isolados da cidade, é que são organizados jogos entre outras práticas esportivas.

Em ocasiões especiais desenvolvidas pelo Departamento de Cultura e Esporte do Município, não possui na cidade um local adequado para a organização de jogos, campeonatos, etc, bem como encontros que necessitem de espaço para abrigo de grande número de pessoas.

Sendo esta uma aspiração de grande importância para a população de Itaguajé, pedimos a esta Casa, após deliberação do Plenário, expedir tal solicitação com vistas a execução do empreendimento.

## REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

A Deputada que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de expediente ao Sr. José Olímpio de Paula Xavier, MD. Secretário de Estado da Administração, solicitando a reforma da Escola "Unidade Polo" de Jandaia do Sul, em virtude de que a mesma está em mau estado de conservação correndo o risco de ser interditada, pela falta de reparos nas instalações.

Sala das Sessões, em 26 de novembro de 1984.

(a) IRONDI PUGLIESI.

## JUSTIFICATIVA:

Em abril passado, enviamos à Secretaria de Estado da Administração o ofício n.º 734/84, que capeou o ofício 07/84, do Diretor da Escola "Unidade Polo" de Jandaia do Sul, Professor Gervásio Tarosso, solicitando reparos nas instalações, em vista de que, após sua inauguração no segundo semestre de 1975, nunca foram realizadas reformas.

Em junho de 83, em virtude de uma tempestade seguida de fortes ventos que abateu-se na cidade, foram destelhadas 70% da cobertura da Escola, tendo a Prefeitura e comunidade que se empenhar na reposição do material danificado.

Em consequência, quase toda a rede de energia elétrica que se expôs a umidade, ficou prejudicada, e, com dificuldades a Escola repôs em parte, nos locais de maior incidência.

Vale lembrar que não houve até hoje, desde sua inauguração, nenhuma reforma na rede de esgoto do prédio, como encaamentos d'água, vias de esgoto e sanitários, tendo inclusive, que interditá-los por falta de reparos.

A Prefeitura, em setembro passado, após insistir várias vezes com a Secretaria de Cultura e Esporte, tomou a iniciativa e reconstruiu totalmente a cancha de esporte da unidade escolar.

Diante dos argumentos apresentados, resta-nos pedir novamente à Secretaria de Estado da Administração uma melhor atenção à Unidade Polo de Jandaia do Sul, pois ao conviver com estas condições insatisfatórias estaremos promovendo o descrédito do Poder Público junto à população do município.

## REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

A Deputada que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de expediente ao Sr. José Olímpio de Paula Xavier, MD. Secretário de Estado da Administração, solicitando a reforma da Escola "Costa Monteiro", de Nova Esperança, por esta encontrar-se em péssimas condições ao fim que se destina.

Sala das Sessões, em 26 de novembro de 1984.

(a) IRONDI PUGLIESI.

## JUSTIFICATIVA:

Em maio passado, encaminhamos à Secretaria de Estado da Administração, o Ofício n.º 839/84, que capeava o ofício subscrito pelo Diretor da Escola "Costa Monteiro", de Nova Esperança, professor Moisés Luiz da Costa, solicitando reparos diversos nas instalações que estavam em más condições de uso.

Hoje, seis meses após nossa solicitação não recebemos quaisquer informações a respeito, sequer a realização das obras.

É desnecessário salientar razões que justifiquem as necessidades enfrentadas pela Escola, pois as mesmas são conhecidas por esta Pasta, visto que na data supra mencionada, um técnico da EMOPAR, Núcleo de Maringá, constatou as precárias condições da Escola.

Resta-nos solicitar novamente à Secretaria de Estado da Administração uma melhor atenção a esta unidade escolar, pois a comunidade, juntamente com o município, não possuem condições de promover a reforma do prédio em uso.

## REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

A Deputada que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de expediente ao Sr. José Olímpio de Paula Xavier, MD. Secretário de Estado da Administração, solicitando a reforma da

Escola Estadual "Hermínia Rolim Lupion", de Sabáudia, por encontrar-se em péssimas condições de uso em suas diversas instalações.

Sala das Sessões, em 26 de novembro de 1984.

(a) IRONDI PUGLIESI.

#### JUSTIFICATIVA:

Em maio passado, enviamos à Secretaria de Estado da Administração o Ofício n.º 776/84, que capeou o ofício da Prefeitura Municipal de Sabáudia, encaminhando Orçamento do Grupo Escolar "Hermínia Rolim Lupion", solicitando reparos em suas instalações.

Hoje, seis meses depois, não recebemos comunicado algum, ou mesmo informação dessa Pasta a respeito, visto que a Escola continua enfrentando os mesmos problemas anteriores e a população insistentemente procura a Prefeitura cobrando as melhorias prometidas meses passados.

Para facilitar a execução das reformas, a Prefeitura propôs fornecer a mão-de-obra e espera apenas o fornecimento do material necessário para pô-la em prática.

É desnecessário alinharmos mais razões para justificar a necessidade e os problemas que convivem com a Escola, pois sabemos que é por demais conhecida por esta Pasta, todavia, pedimos a compreensão necessária para o atendimento na medida mais urgente possível.

#### REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER seja encaminhado expediente ao Diretor Presidente da Empresa Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural - EMATER-PR. (ACARPA), GERALDO LUIZ DE SOUZA, através da Secretaria da Agricultura, solicitando a implantação do Sub-escritório da ACARPA nos Distritos de São Lourenço e Vidigal, no Município de Cianorte.

Sala das Sessões, em 26 de novembro de 1984.

(a) DIRCEU MANFRINATO.

#### REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

A Deputada que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER a Vossa Excelência que envie expediente ao Presidente da TELEPAR, solicitando a instalação de um "telefone público" na Rua Nelson Bittencourt Prado, Jardim Lar Paraná, em Campo Mourão.

Sala das Sessões, em 26 de novembro de 1984.

(a) AMÉLIA HRUSCHKA.

#### JUSTIFICATIVA:

O jardim Lar Paraná é o Bairro que concentra o maior número de habitantes da classe de assalariados que segura entre um e três salários mínimos, com cerca de 8.000 habitantes, e dista cerca de cinco quilômetros do centro da cidade, onde se encontra o comércio de modo geral: bancos, hospitais, delegacias de polícias, etc.

Daí, a presente reivindicação.

#### REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER seja encaminhado expediente ao Excelentíssimo Sr. Secretário de Estado dos Transportes,

DENI LINEU SCHWARTZ, solicitando a pavimentação do aeroporto de Cianorte.

Sala das Sessões, em 26 de novembro de 1984.

(a) DIRCEU MANFRINATO.

#### REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja encaminhado expediente à Companhia Paranaense de Energia, através da Secretaria do Interior, solicitando urgentes providências no sentido de se evitar as constantes e prejudiciais interrupções no fornecimento de energia elétrica ao Município de Três Barras do Paraná.

Sala das Sessões, em 26 de novembro de 1984.

(a) MÁRIO PEREIRA.

#### JUSTIFICATIVA:

O freqüente corte no fornecimento de energia elétrica no Município de Três Barras do Paraná é um problema que vem afligindo a população local, com sensíveis e previsíveis prejuízos aos vários segmentos da sociedade local, sobretudo ao comércio, indústria, hospitais, escolas, estabelecimentos bancários, etc.

Urgem providências da COPEL no sentido de reparos na linha distribuidora, com vistas a se evitar, definitivamente, as constantes interrupções que se verificam, algumas até com 24 horas de duração.

#### REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, seja enviado expediente à Secretaria da Indústria e Comércio, solicitando seja feito um estudo para viabilizar a criação e instalação de um Pólo Álcool-químico na Região Noroeste.

Sala das Sessões, em 26 de novembro de 1984.

(a) EDUARDO BAGGIO.

#### JUSTIFICATIVA:

O presente requerimento está baseado no fato de que a Região Noroeste é hoje, a grande responsável pela produção de álcool anidro do Estado do Paraná.

Para isto, basta verificar que nos dois últimos anos foram instaladas 2 grandes destilarias de álcool na região Noroeste. Temos ainda, a instalação de no mínimo, mais quatro microdestilarias (Terra Rica, São João do Caiuá, Diamante do Norte e Mandaguaçu) na referida região.

Como resultado deste fato, temos que nossa região experimentou um progresso poucas vezes sentido. Temos ainda, a fixação do homem do campo à terra, uma das grandes preocupações do atual governo, e que foi parcialmente conseguida, pela grande utilização da mão-de-obra das destilarias de álcool.

Por isto, para firmar definitivamente o sucesso do programa das destilarias e microdestilarias de álcool, entendo ser necessário a criação do Pólo Álcool-químico do Noroeste.

#### REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário,

Curitiba, segunda, em 26/11/84

seja enviado expediente ao Excelentíssimo Sr. Secretário de Estado da Agricultura, Engenheiro Agrônomo Claus Germer, solicitando providências no sentido da instalação de um posto de monta no Município de Goioerê, visando melhoria do rebanho equino.

Nossa solicitação visa atender ao pedido que nos foi encaminhado pelo Presidente do Sindicato Rural de Goioerê, Everaldo Bughi.

Temos a convicção de que o Excelentíssimo Sr. Secretário da Agricultura, ciente da importância da referida medida e em conformidade com o Programa de Tração Animal daquela Pasta, saberá encaminhar o mais rapidamente o atendimento desta nossa solicitação.

Sala das Sessões, em 26 de novembro de 1984.

(a) ANTÔNIO ANNIBELLI.

#### REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja enviado expediente ao Sr. Diretor-Superintendente da SUREHMA, solicitando providências no sentido da instalação de um escritório da referida Superintendência em União da Vitória.

Com o presente, pretendemos atender solicitação da Câmara Municipal de União da Vitória, conforme requerimento do nobre Vereador Affonso Reis Teixeira Filho.

A medida criará melhores condições para que seja possível zelar pela manutenção do equilíbrio ecológico em toda a região da ANSULPAR.

Assim sendo, acreditamos que o Engenheiro Cícero Bley Júnior, D.D. Diretor-Superintendente da SUREHMA, dentro da política que norteia a sua ação naquele órgão público e consoante às diretrizes do Governo José Richa, tornará realidade este anseio da população do Sul de nosso Estado.

Sala das Sessões, em 26 de novembro de 1984.

(a) ANTÔNIO ANNIBELLI.

#### REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, encaminhamento de solicitação oficial dirigida ao Ilustríssimo Sr. Presidente da TELEPAR — Companhia de Telecomunicações do Paraná, objetivando a deliberação de 150 novos canais telefônicos para a Municipalidade de Terra Boa.

Nos últimos anos, mesmo diante da crise por que passa a Nação brasileira no que respeita as questões de ordem econômica (principalmente), o Município de Terra Boa tem conseguido apresentar alguns crescimentos, notadamente em sua base de sustentação, que é a atividade agropastoril.

De maneira significativa tal realidade conjuntural refletiu no sentido da implantação de novos estabelecimentos comerciais, proporcionando conseqüentemente mais empregos.

Neste sentido, há realmente a necessidade de refletir sobre a implantação de novos mecanismos que estejam, efetivamente, voltados para o momento atual, através do oferecimento de condições mais apropriadas ao próprio desenvolvimento de Terra Boa.

Portanto, um dos setores que precisa urgentemente de estar à altura da demanda do Município, refere-se ao sistema de telefonia. Nos dias de hoje, existe grandiosa insuficiência de

canais para aparelhos telefônicos, que já há muito tempo vem sendo reivindicado a autorização para a compra de novos aparelhos, tanto por interessados da área do comércio como do setor residencial.

Diante da inquestionável importância de tal reivindicação, espera-se dessa Companhia, juntamente com essa Secretaria de Estado do Interior, o pronto atendimento da mesma, atendendo deste modo iniciativa do Excelentíssimo Sr. Prefeito Municipal de Terra Boa, Elso Garcia Segura.

Sala das Sessões, em 26 de novembro de 1984.

(a) RUBENS BUENO.

#### REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após aprovação do Plenário, seja oficiado à Secretaria de Estado Extraordinária para Assuntos de Comunicação Social — SECS, solicitando apoio e divulgação para a publicação "Jornal do Consumidor", da Coordenadoria de Proteção e Orientação ao Consumidor — CODEC, tendo em vista a contribuição que o mesmo pode dar à formação e informação do consumidor paranaense, e conseqüente e desejável mudança de hábitos de consumo.

Sala das Sessões, em 26 de novembro de 1984.

(a) NILSO SGUAREZI.

#### JUSTIFICATIVA:

Uma das formas que se utiliza na contenção da formação de altos preços, é a pesquisa que o consumidor realiza, antes de efetuar suas compras.

Tal medida vem sendo divulgada por órgãos de imprensa em âmbito nacional, e tem surtido seus efeitos, embora a pressão das empresas fornecedoras e distribuidoras seja forte, no sentido de tentar impedir tal política.

A Revista VEJA fez uma ampla divulgação do preço de várias empresas, chegando ao ponto de indicar uma que melhores preços oferecia ao consumidor.

Por sua vez, o "Jornal do Brasil", do Rio de Janeiro, há muito tempo vem utilizando esta prática de orientação ao consumidor, embora não dê um destaque de chamada de primeira página, como o fez o "Correio de Notícias" de 23 do corrente.

O placar colocado na "Boca Maldita", para que a população possa acompanhar os preços dos vários concorrentes, é o exemplo vivo da essência do sistema democrático que caracteriza a livre iniciativa e, em conseqüência, a livre concorrência.

Entretanto, tem o Estado um órgão como a CODEC, com seu "Jornal do Consumidor", que necessita de uma circulação melhor para atingir uma quantidade de consumidores maior, e que somente poderá atingir tal intento com a ajuda da Comunicação Social, órgão que promove a divulgação dos atos do Estado.

#### REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, encaminhamento de solicitação oficial dirigida ao Excelentíssimo Sr. Secretário de Estado da Cultura e do Esporte, encarecendo a liberação de recursos de ordem financeira a serem aplicados na realização de reformas gerais no Estádio Municipal de Bredópolis, localizado no Distrito do mesmo nome, pertencente à Municipalidade de Janiópolis.

Pode-se afirmar que a única realização que realmente mobiliza a população trabalhadora daquela localidade de Bredópolis, é sem dúvida, no que se refere a lazer, são as movimentações esportivas. Estes mesmos acontecimentos, são desenvolvidos no Estádio Municipal de Bredópolis, que por sua vez, nos dias de hoje, apresenta uma série de dificuldades nas instalações existentes, como vestiário, acomodação para o público; gramado em precaríssimas condições, o mesmo se verificando no alambrado e cerca.

Por outro lado, reconhecendo a real necessidade da recuperação daquela praça esportiva, a Administração Municipal de Janiópolis, através do seu Prefeito, Senhor Neurides Valber Brero, afirma que os cofres municipais, ante a situação difícil em termos financeiros, não dispõem de recursos capazes de garantirem as pretendidas melhorias.

É de capital importância que essa Pasta, dentro das possibilidades, determine o apoio indispensável ao que ora é postulado, por tratar-se de uma justa reivindicação, o que por certo melhorará novamente o desenvolvimento esportivo em Bredópolis.

Sala das Sessões, em 26 de novembro de 1984.

(a) RUBENS BUENO.

#### REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado que este subscreve, REQUER, depois de ouvido o Plenário, a transcrição nos Anais desta Casa, do Manifesto Londrinense PRÓ-TANCREDO - EM DEFESA DA LEGALIDADE.

Sala das Sessões, em 26 de novembro de 1984.

(a) MÁRCIO ALMEIDA.

#### REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a transcrição, de inteiro teor, do artigo de sua autoria, "ORÇAMENTO, PRONTO E ACABADO", conforme cópia xerográfica anexa.

Sala das Sessões, em 26 de novembro de 1984.

(a) ODENI MONGRUEL.

#### Projeto de Lei Complementar:

##### PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 331/84

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

##### DECRETA:

Art. 1º — O Art. 6º, da Lei Complementar nº 21, de 26 de outubro de 1984, passa a ter a seguinte redação: "Art. 1º — O funcionário que tiver percebido em períodos diferentes, as gratificações de que tratam os incisos II e III, do artigo 172, da Lei nº 6174, de 16 de novembro de 1970, terá incorporado aos seus proventos de aposentadoria, o valor correspondente à maior média percebida durante 12 (doze) meses, desde que a percepção dessas gratificações some 3 (três) anos ininterruptos ou 5 (cinco) anos alternados, a qual incidirá sobre o valor do vencimento e adicionais do cargo que estiver executando na data da aposentadoria ou se for o caso, sobre o valor dos proventos assegurados pelo inciso III, do art. 140, da Lei nº 6.174/70."

Sala das Sessões, em 26 de novembro de 1984.

(a) ANTONIO ANNIBELLI.

#### JUSTIFICATIVA:

O presente plano de lei que ora propomos à apreciação deste Plenário, vem sanar um erro, lapso ou omissão, de alto alcance, cometido no art. 6º, da Lei Complementar nº 21, (doc. 1) cujo objetivo principal foi melhorar a condição do servidor público na hora de sua aposentadoria.

Para esclarecer os nobres Deputados com assento nesta Casa, passamos a expor a seguir o que ocorreu com a nova redação dada ao Art. 6º, da mencionada Lei:

O Excelentíssimo Sr. Governador do Estado, na Mensagem Original (doc. 2) enviada à Assembléia, cujo Projeto tomou o nº 164/84, propôs alterações no Estatuto do Funcionário Público, na parte que se refere à aposentadoria do servidor.

Todavia, em seu art. 6º, era modificada a Lei Ordinária nº 6.794, de 08 de junho de 1976 (doc. 3) a qual regulamentava a incorporação aos proventos dos funcionários civis do Estado em futuras aposentadorias, das gratificações de que tratam os itens II e III, do art. 172, da Lei nº 6.174/70 (ESTATUTO DOS FUNCIONÁRIOS CIVIS DO ESTADO DO PARANÁ).

O art. 6º, da Mensagem original (doc.1), não trazia nenhum prejuízo ao servidor público, pois reduzia o período de percepção do serviço extraordinário ou tempo integral, para incorporação na aposentadoria. Após estudo e aprovação nas Comissões Técnicas da Casa, o Projeto foi incluído na Ordem do Dia para votação.

Entretanto, a assessoria governamental constatou a necessidade de alterar totalmente o art. 6º, justificando que era para não deixar dúvidas de interpretações, com os reais objetivos da lei.

Foi encaminhada então, em 30 de agosto de 1984, pelo Sr. Governador José Richa, a Mensagem nº 176/84, no sentido de que a redação do supra citado art. 6º, do Projeto de Lei nº 164/84 fosse substituída.

E aí, Senhores Deputados, é que aconteceu esse lapso de profundo alcance. Provavelmente, por omissão na datilografia ou falha de revisão, foi suprimido na redação do texto do art. 6º, um termo importantíssimo, E ADICIONAIS, conquista antiga da classe, há inserida desde 1976, na Lei nº 6.794, agora modificada e cuja supressão traz enorme prejuízo ao servidor, quando de sua aposentadoria.

Assim, afirmamos, porque esses ADICIONAIS omitidos no corpo do artigo, são incorporados ao vencimento do servidor na atividade para efeito de percepção do serviço extraordinário, por força do § 1º, do art. 176 do ESTATUTO DOS FUNCIONÁRIOS PÚBLICOS CIVIS DO ESTADO DO PARANÁ.

Assim sendo, não se pode admitir que foi intenção do Poder Executivo suprimir essa vantagem auferida na atividade, fazendo com que o funcionário não queira ou não possa aposentar-se, devido a perda que sofrerá em seus proventos quando aposentado.

Temos certeza que esta conquista antiga será devolvida com a aprovação da medida que ora propomos e que o Governador José Richa, sensível como tem sido aos problemas do funcionalismo, vai sanar esse grave erro, sancionando este projeto de lei.

#### Projetos de Lei:

##### PROJETO DE LEI Nº 329/84

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

## DECRETA:

Art. 1º — Fica declarado de utilidade pública a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Loanda — APAE, com sede e foro no Município de Loanda, neste Estado.

Art. 2º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 26 de novembro de 1984.

(a) NILSO SQUAREZI.

## JUSTIFICATIVA:

A Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Loanda — APAE, é uma entidade sem fins lucrativos, de caráter filantrópico, assistencial e educacional.

Os membros de sua Diretoria nada percebem, pelo exercício de quaisquer de seus cargos eletivos.

Suas atividades naquele município, são notórias, congregando inúmeras crianças excepcionais do município e da região, amparadas principalmente pelo trabalho desenvolvido na escola "João Paulo II", que possibilita aos seus alunos alcançarem melhores resultados no âmbito de suas potencialidades.

Fundada em 1980, e desde então, como bem demonstra o seu relatório, essa entidade vem prestando um serviço educacional e assistencial dos mais dignificantes, voltado inteiramente à busca de novas soluções em prol da recuperação e amparo da criança excepcional, portanto, é inegável a sua declaração de utilidade pública.

## PROJETO DE LEI Nº 330/84

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

## DECRETA:

Art. 1º — Fica denominada de "Alberto Baggio", o trecho da Rodovia PR-559, que liga o Município de Paraíso do Norte ao Município de Mirador.

Art. 2º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 26 de novembro de 1984.

(a) ANIBAL KHURY.

## JUSTIFICATIVA:

A apresentação do presente plano de lei, tem por objetivo prestar uma justa homenagem, a uma pessoa que muito fez em benefício da região Noroeste de nosso Estado.

Alberto Baggio, nasceu na cidade da Lapa, e desde muito cedo aprendeu a amar o Paraná.

Sempre trabalhou e teve atuação destacada no setor pecuarista do Estado, e, sentindo a necessidade de desenvolver seus negócios, e também acompanhar a grande expansão que se verificava no Paraná, escolheu a região noroeste, e para lá rumou.

A cavalo, em carroças, único meio de transporte disponível, mas, a adversidade, os perigos e o trabalho não conseguiram esmorecer sua bravura e confiança na terra escolhida, e, abrindo picadas, derrubando a mata, foi abrindo, cercando e colonizando suas terras.

Foram 30 (trinta) anos de luta, de trabalho incansável, sol à sol, dedicados a lavoura, a pecuária e a industrialização da carne.

Como sua grande realização na região, podemos destacar a fundação do Frigorífico Baggio, na cidade de Paranavaí, que chegou a figurar entre os maiores do Brasil.

Entre os municípios que muito ajudou a desenvolver, citamos: Paranavaí, Paraíso do Norte e São Carlos do Ivaí.

Seu espírito empreendedor e progressista, seu ideal de trabalho e honorabilidade, foram os alicerces deste destemido homem, que com seu trabalho, criou empregos, gerou divisas para os municípios e riquezas para o Estado que tanto amou.

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) — Está finda a leitura do expediente.

No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao Sr. Deputado Márcio Almeida, inscrito.

O SR. MÁRCIO ALMEIDA — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

A nossa intenção é solicitar, na data de hoje, a transcrição nos Anais da Casa de um manifesto de lançamento do Comitê Londrinense Pró-Tancredo Neves, em defesa da legalidade.

Faço a leitura para o conhecimento da Casa, do texto que solicitamos a transcrição. (Lê):

"A História política brasileira é repleta de episódios autoritários, durante os quais as elites dominantes excluíram ou tentaram excluir o povo das grandes decisões sobre o destino da Nação. E muitos desses episódios aconteceram em momentos de alternância no poder. Para ficarmos somente nos mais importantes e mais recentes, relembramos: 1955, quando para garantir a legalidade e a posse do Presidente JK, o então General Teixeira Lott, interveio e desmanchou a articulação golpista, que setores militares, inconformados com a derrota eleitoral e a posse de Jango, após a renúncia de Jânio, formou-se a cadeia nacional pela legalidade; relembramos 1964 quando, avizinando-se o período eleitoral da sucessão de Jango, que se fortalecia eleitoralmente pelas reformas de base que implantava, articulou-se nacionalmente o esquema golpista que, acusando de corruptas e subversivas as forças democráticas que queriam e conseguiam as mudanças, quebrou a legalidade do processo político e instalou a longa noite do arbítrio e obscurantismo, cujo fim se aproxima.

Nos dois primeiros episódios lembrados, as forças democráticas da sociedade tiveram unidade, competência e força para barrar as mudanças das regras do jogo, defender a legalidade e com isso garantir as conquistas econômicas, sociais e políticas.

Em 1964 as forças democráticas da sociedade foram vencidas e todo o povo perdeu conquistas obtidas através de duras lutas, apequenhando-se a Nação, que passou a ser vilipendiada pelas forças representativas do capital internacional e do latifúndio.

Hoje, o momento político brasileiro, exige novamente das forças democráticas da sociedade, que se mantenham alertas. Como registrou recentemente a nota da CNBB "Apelo Cívico ao Governo e à Nação": "No esperado e compreensível processo sucessório, em vista da escolha do futuro Presidente da República, é necessário respeitar as regras constitucionais, mesmo que não sejam elas, como de fato não o são, perfeitas. A Nação quis e quer a eleição direta (...) deve-se agora respeitar intransigentemente as normas estabelecidas, a fim de não se cair na flutuação dos casuísmos jurídicos, que geram incertezas e trazem a marca de jogo político lamentável nível moral (...). É o momento de se defender corajosamente a legalidade. Qualquer tentativa de ruptura da nossa fraca e incipiente democracia, precisa ser repelida por patriotismo, por respeito ao povo e à lei, e por amor à dignidade nacional". Encerra a CNBB a nota, apelando ao povo brasileiro "para manter-se unido nos altos ideais políticos em favor do País, que não aceita nenhum

gesto de violência, nem dele participe; que se faça exigente defensor da legalidade e da Constituição”.

Diante disso tudo, nós londrinenses abaixo-assinados, reafirmamos nossa disposição de luta pela democracia, e nosso compromisso de apoio à candidatura Tancredo Neves à Presidência da República. Renovamos, nesta oportunidade, nossa confiança no cumprimento dos compromissos já estabelecidos pela Aliança Democrática, prenúncio das mudanças que o povo brasileiro exige e dos quais destacamos:

1. Convocação da ANC livre e soberana em 1986;
2. Estabelecimentos de eleições diretas em todos os níveis e em todo o território nacional, com reforma eleitoral e liberdade de organização partidária;
3. Execução imediata de um Programa de Emergência, constituído de providências nos setores de habitação, saúde, previdência, educação e fim do desemprego, com revisão da política econômico-financeira e combate frontal à inflação e à corrupção;
4. Implantação de uma ampla Reforma Tributária;
5. Adoção da Reforma Agrária;
6. Revogação de toda a legislação de exceção que persiste, com fim da atual LSN, Lei de Imprensa e Lei de Greve, implantando-se amplas liberdades sindicais.

Temos convicção de que os próximos dias 15 de janeiro e 15 de março, representam datas significativas no processo de redemocratização do País. É com a finalidade de garantir a legalidade, a instalação do Governo Tancredo Neves e o cumprimento dos seus compromissos, que hoje nos reunimos e deixamos em aberto o convite a todos os democratas para que, juntos, reforcemos a **UNIÃO DO POVO BRASILEIRO**.

**LONDRINA CUMPRIRÁ SUA PARTE.**

Londrina, 23 de novembro de 1984”.

Era este o teor da nota que pedimos o registro.

Obrigado.

**O SR. PRESIDENTE — (Trajano Bastos)** A Mesa atende.

Concedo a palavra ao orador inscrito no Pequeno Expediente, Sr. Deputado Gabriel Manoel.

**O SR. GABRIEL MANOEL — Sr. Presidente, Srs. Deputados.**

Deputado Márcio Almeida, talvez pela sua juventude, e por falta de tempo, não leu a História do Brasil. A história do Brasil brasileiro, do mulato isoneiro, do Brasil que tinha Tancredo Neves em todas as seqüências, desde a perseguição do Gregório até o suicídio de Getúlio Vargas, até o exílio de Jango, até o exílio de quantos e quantos brasileiros, que este homem não soube amparar. Leonel Brizola é testemunha e pesa em seu coração, não a vindita, mas a amargura da traição de Tancredo Neves.

Como pode um Deputado do PMDB falar autenticamente a favor dos homens que estão expoliando o Brasil, os homens que estão sendo testas-de-ferro dos Estados Unidos? Como pode um peixe vivo, viver fora da água fria? é o jogo de Juscelino Kubitschek. Como pode vir, descarada e deslavadamente, um homem do PMDB que não é autêntico? Porque, se fosse autêntico, conheceria a história progressiva da política brasileira. Hoje, o Deputado Márcio Almeida, sem conhecimento de causa, defende daquela tribuna, os interesses americanos.

Onde estás tu, brasileiro? Quanta decepção, com esta juventude que nada entende ou não quer entender, segundo a sua vontade. Sabemos perfeitamente que Getúlio foi deposto e suicidou-se, por causa dos americanos. Sabemos que Tancredo Neves, o candidato do apaixonado Márcio Almeida, nada fez para defendê-lo. Sabemos que Leonel Brizola fez a revolução a favor da democracia, e Tancredo Neves, dormindo o sono da inocência, nada fez para defender o País.

Sabemos, Sr. Presidente, Srs. Deputados, imprensa do meu Paraná e do Brasil, que quem está atrás de Tancredo Neves é o grupo americano, defendido pelo ilustre Deputado Márcio Almeida, que muda de cor aqui na Assembléia e muda de cor para com os seus eleitores.

Sabemos, Sr. Presidente, que o Brasil está sendo vendido pelos inocentes úteis, como o Deputado Márcio Almeida. Os vendilhões do templo, que sabem perfeitamente o que dizem; que sabem o que dizem, Sr. Presidente, mas deslavadamente, entregam o País, como foi entregue Cuba. Criticam Canet Júnior, como foram criticados os defensores da democracia paraense.

Deputado Márcio Almeida, Vossa Excelência ou é uma pessoa desinformada, ou é muito sabido, ao vir aqui defender Tancredo Neves e José Sarney, o maior latifundiário do Maranhão.

Como pode vir Vossa Excelência à tribuna para defender Tancredo Neves? Ou Vossa Excelência está vendido aos americanos, à Rede Globo, ou nós estamos enganados? É a verdadeira verdade, Sr. Presidente, Srs. Deputados, Paulo Maluf há de ser o Presidente da República, para mostrar a homens como o Deputado Márcio Almeida, que não tem tirocinio de uma perspectiva para o bem do Brasil.

Muito obrigado. - (Sem revisão do orador).

**O SR. PRESIDENTE — (Trajano Bastos)** A Mesa comunica a Vossa Excelência que seu tempo está esgotado.

Concedo a palavra ao Sr. Deputado Artagão Mattos Leão.

**O SR. ARTAGÃO MATTOS LEÃO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.**

Recebemos de São João do Ivaí, um manifesto de classe de produtores de feijão, assinado pelo produtor José Francisco de Queiróz.

Neste manifesto, os produtores de feijão do Vale do Ivaí nos contam, nos dão com exatidão o sofrimento e o descaso do produtor de feijão do Vale do Ivaí.

Realmente, o preço mínimo estabelecido pelo Governo Federal, além de não corresponder às necessidades do produtor, ainda assim esta determinação não vem sendo cumprida.

E nesse manifesto os produtores assim se referem: “não havendo estabilidade de mercado, uma vez que o produtor fica à mercê das frustrações que, via de regra, baixistas por parte dos grandes monopólios que manipulam o mercado a seu bel-prazer e segundo as suas conveniências”.

Solicitam às autoridades federais responsáveis por este segmento de vital importância para a economia da sociedade brasileira, que coloque imediatamente recursos à disposição das entidades competentes, a fim de que a política de preços mínimos seja realmente exercida por parte do Governo Federal



em atendimento à classe produtora e conseqüentemente, honrando o compromisso assumido perante a sofrida classe. Pois o produtor de feijão do Estado do Paraná tem sido vítima da geada, da seca, do replantio, dos altos encargos financeiros, estando, portanto, descapitalizada e impossibilitada de saldar seus compromissos junto a instituições financeiras, fazendo assim suas reivindicações que nunca foram atendidas, para que o nosso produtor não acabe desistindo de plantar pelo desestímulo que vêm sofrendo através da incompetência do Governo Federal.

E se ele desistir, não será por falta de garra e fibra, de trabalho, do esforço, mas sim, em conseqüência da política agrícola incompetente por parte dos órgãos governamentais que não têm cumprido com as promessas de atendimento por eles próprios estabelecidas.

Assim, querem os produtores do Vale do Ivaí, que fique registrada a sua decepção, inconformismo, perante a marginalização da referida classe, e que se seus reclamos não forem atendidos, voltará novamente à praça pública, para protestar com mais veemência do que já fez na semana próxima passada, quando tivemos oportunidade de ver, através de canais de televisão, os nossos agricultores e produtores desesperados, queimando feijão em praça pública, por entender que o produto não tem preço de mercado.

Muito obrigado. - (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra ao orador inscrito no Pequeno Expediente, Sr. Deputado Mário Pereira.

O SR. MÁRIO PEREIRA — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

O IPARDES — Fundação Edson Vieira, desenvolveu um estudo, e acaba de publicar, sobre a projeção da população do Paraná, "PARANÁ, 1.990".

Os dados, Sr. Presidente, Srs. Deputados, desse trabalho feito pelo IPARDES, que, aliás, tem na Presidência o Dr. Carlos Arthur Krieger Passos, que é técnico do BADEP, é Professor na Universidade Federal do Paraná, no curso de Economia, é Mestre em Economia pela Universidade de Campinas e Doutor em Economia pela Universidade de Sorbonne, que, juntamente com a equipe de demógrafos, sociólogos e economistas, verificando as tendências migratórias do Estado do Paraná e as perspectivas de continuar o êxodo rural no Paraná, chegou essa equipe a conclusões sobre a população do Paraná, cidade por cidade, região por região.

Se, para algumas cidades, projetadas aqui, o aumento da população muito grande pode ser motivo, inclusive, de ufanismo, por outro lado, nos causa preocupação.

Cascavel, Srs. Deputados, uma população em 1970, de, aproximadamente 160 mil habitantes, prevê o IPARDES que passará no ano de 1990, a contar com 297.715 habitantes, 300.000 habitantes, devendo passar Maringá em mais de 60 mil habitantes, Ponta Grossa, em mais de 30.000 habitantes e que poderia encher de orgulho, como realmente enche de orgulho aos pioneiros de Cascavel, que acreditaram naquela terra e há 33 anos de emancipação, há poucos dias, fez aniversário. Mas, por outro lado, quais as condições de infra-estrutura que terá o Município de Cascavel, para absorver mais 140 mil habitantes no pequeno espaço de tempo de 10 anos?

Faço estas considerações, Sr. Presidente, Srs. Deputados, para alertar o Governo do Estado, que existem projetos em andamento na área do Executivo, e mais especificamente, na Secretaria da Indústria e Comércio, que, de certa forma, poderão ajudar a que Cascavel tenha a possibilidade de manter o nível de vida, mesmo aumentando em tanto o seu contingente habitacional.

Cascavel não pode, uma cidade progressista, de nível de vida razoável na sua média, se transformar num grande bolsão de miséria.

E faço um apelo ao Governador José Richa, reitero o apelo, e ao Secretário Francisco Simeão, para que agilizem a implantação do núcleo de produção industrial de Cascavel, a que já me referi, por duas vezes, desta tribuna. É uma experiência pioneira no Brasil, o industrializar aquele município, resgatando o talento industrial, empresarial, já existente nas microempresas cascavelenses, dando condições para os assalariados e qualificando-os, para que possamos nos transformar em médios empresários.

Portanto, hoje, da tribuna, Sr. Presidente, é este apelo renovado ao Secretário Francisco Simeão e ao Governador do Estado, José Richa.

Muito obrigado. - (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Não havendo mais oradores inscritos para o Pequeno Expediente, no Grande Expediente concedo a palavra ao Sr. Deputado Caíto Quintana.

Ausente, concedo a palavra ao Sr. Deputado Erondy Silvério.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Declino e peço inscrição para a sessão de amanhã.

O SR. PRESIDENTE — A Mesa atende Vossa Excelência, e consulta a Liderança do PDS se fará uso do horário que lhe é destinado.

O SR. GILBERTO CARVALHO — Sr. Presidente, parece-me que o último orador inscrito foi do PMDB.

O SR. PRESIDENTE — A Mesa esclarece Vossa Excelência que o último orador inscrito e que declinou, foi o Deputado Erondy Silvério, no Grande Expediente.

O SR. GILBERTO CARVALHO — Usará da palavra o nobre Deputado Tuguio Setogutte.

O SR. PRESIDENTE — (Trajano Bastos) Com a palavra, o Sr. Deputado Tuguio Setogutte.

O SR. TUGUIO SETOGUTTE — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Trazemos hoje a esta Casa, mais uma vez, o apelo ao Sr. Governador do Estado e, principalmente, à Secretaria da Agricultura, sobre o grave problema aqui já comentado, aqui já levantado, em outras oportunidades, como há menos de um ano, em novembro do ano passado, a nossa apreensão quanto ao problema da febre aftosa em nosso Estado.

É conhecido e reconhecido que a nível internacional a carne brasileira tem sofrido um desgaste muito grande, inclusive em muitas oportunidades, até da não aceitação do nosso produto no mercado internacional. Ou quando é aceito, quando a carne bovina brasileira é aceita, ainda com 40 por cento abaixo-nas



cotações do produto, em referência ao preço do mercado internacional.

É nessas condições, quando a própria Secretaria reconhece, 15 novos focos de febre aftosa nos núcleos de Cascavel e de Toledo, e sendo Umuarama, hoje, possuindo Umuarama neste exato momento o maior rebanho bovino do Estado, a preocupação nossa, quando retornando ainda na data de hoje, de Umuarama, a cidade a qual, como sempre, eu repito, tão condignamente espero estar representando nesta Casa.

Eu trago aqui a apreensão daqueles pecuaristas, pois na oportunidade em que aqui estivemos, há um ano, pedimos a intervenção do Governo do Estado e da Secretaria da Agricultura para que fizessem, ou providenciassem a utilização da vacina oleosa.

A vacina oleosa, cuja eficácia já está mais do que comprovada há mais de doze anos, muito mais do que a comumente usada, inclusive nem sempre de boa qualidade, diga-se de passagem, a que tem sido feita de 90 ou 120 dias aproximadamente há muitos anos aqui no Brasil.

Sabemos que a suinocultura, cuja febre aftosa já teve o seu problema resolvido, já teve o seu problema sanado, graças à utilização dessas vacinas, nós queríamos que ela fosse extensiva também agora à bovinocultura do nosso Estado, e só assim é que nós estaríamos definitivamente afastando este problema que é bastante grave, este problema que causa bastante prejuízo à nossa pecuária, a pecuária que tem padecido por demais nesses últimos anos, com o problema da febre aftosa.

Ainda hoje, e talvez quantas vezes forem necessárias, iremos aqui retornar, iremos aqui solicitar para que o Sr. Governador do Estado, o Sr. José Richa, então faça o encaminhamento para que, a descoberta, inclusive, de novos focos da doença na região do Oeste, não comece a preocupar o restante do Estado, uma vez que, esta febre aftosa, como todos nós conhecemos, poderá se alastrar, de pouco em pouco, e abranger todo o Estado, ou muitas vezes, até não referendando comentários que muitas vezes ouvimos, de que ela viria de outros Estados, mas sim, que daqui do Paraná estaria ultrapassando os limites estaduais, e estaria levando esta doença para outros locais.

É nestas condições, Sr. Presidente, Srs. Deputados, na preocupação, mais uma vez, quanto ao problema grave da agricultura, quanto ao grande problema da bovinocultura, quanto a possibilidade que nós sabemos que existe da produção, desde que necessário for, do adjuvante oleoso, para essas vacinas em massa, cuja experiência já tivemos em Umuarama, com excelentes resultados desde 1981; há mais de três anos, Umuarama, como também no Rio Grande do Sul, em Bagé, como no Rio de Janeiro, experimentalmente, tem sido usada esta vacina oleosa para a bovinocultura, com excelentes resultados e sem que nós tenhamos tido, ao menos, nestes locais e nestes rebanhos onde têm sido usada esta vacinação, de muito mais fácil o manejo, de muito mais fácil o poder de gasto para o lavrador, ser usada.

E é assim que nós pedimos, encarecidamente, para que seja visto, a partir deste momento, e mais uma vez, se bem que, agora, tenhamos o recesso parlamentar mas que faça chegar à Secretaria da Agricultura este nosso apelo, porque realmente, Umuarama não poderá, como em outras oportunidades, ter

novamente este grave problema da febre aftosa, que realmente irá de muito prejudicar mais uma vez as exportações da carne de bovinos para o exterior.

Era o que tinha, Sr. Presidente.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — (Trajano Bastos) Consulto a Liderança do PDS, se fará uso do restante do horário que lhe é reservado.

O SR. GILBERTO CARVALHO — Declino, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE — (Trajano Bastos) Havendo declinado, consulto a Liderança do PMDB se fará uso do horário que lhe é destinado.

O SR. ADHAIL SPRENGER PASSOS — Faremos uso, Sr. Presidente, e ocupará a tribuna o Sr. Deputado Márcio Almeida.

O SR. PRESIDENTE — Com a palavra, o Sr. Deputado Márcio Almeida.

O SR. MÁRCIO ALMEIDA — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Ocupamos a tribuna hoje para, publicamente, solicitarmos o pronunciamento dos integrantes da Bancada do Partido Democrático Social, e em especial da sua Liderança, sobre o seu posicionamento em relação ao requerimento que há três semanas tomamos a iniciativa de, através desta tribuna e nos contatos pessoais e com a justificativa dada na época, que em nossa opinião mantêm-se, no tocante à convocação extraordinária desta Assembléia Legislativa, no período de recesso, como forma eficaz de contribuímos para manutenção da legalidade do quadro institucional no País, em particular na questão sucessória.

Os jornais, a imprensa nacional, neste final de semana, estão repletos de notícias e análises que mais uma vez insistem na necessidade da sociedade brasileira, dos poderes constituídos, das lideranças políticas e da sociedade civil, se pronunciarem e tomarem suas providências no tocante a esse aspecto.

O Cardeal Lorscheider, em nota da "Folha de São Paulo", deste domingo, renova aquele apelo da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, nota de 25 de outubro, no sentido de que o povo, e diz com aspas:

"O povo deve fazer vigilância exercendo maior controle. Aqui no Brasil os eleitos acham que são senhores do País, esquecendo-se que foram eleitos pelo povo. Há uma certa omissão do povo que não exige de seus representantes o que deve ser exigido. Falta educação política. O povo não pode deixar se manipular". Isso em relação ao que ele diz um pouco antes:

"Estamos assistindo a um espetáculo deprimente", insistiu o Cardeal, "isso faz muito mal à juventude que deveria receber de nós, adultos, um testemunho mais edificante. Quem perde deve receber com abertura essa derrota. Não é vergonhoso perder, vergonhoso é termos um comportamento indigno. Se nos comportamos com mais nobreza, o processo torna-se digno: deve-se saber aceitar o resultado dos votos, que, no caso, deveria ser voto popular. Como não é, que se respeite pelo menos os representantes do povo".

Aqui mesmo, de Curitiba, o articulista Nereu José Teixeira, na sua coluna quase que diária, na página 2, da "Folha de

São Paulo", a edição desse jornal desse sábado, 24 de novembro, faz uma análise que me permito, Sr. Presidente e Srs. Deputados relatar em trechos que nos fundamentam tanto o posicionamento que no Pequeno Expediente tivemos, ao solicitar a inserção nos Anais, do manifesto de lançamento do Comitê Pró-Tancredo Neves, em defesa da legalidade ocorrida no último dia 23, sexta-feira, na cidade de Londrina.

Com aqueles argumentos dos fatos históricos, aos quais o nobre Deputado Gabriel Manoel contrapôs a sua versão, a sua análise, mas que o próprio articulista, como citamos, Nereu José Texiera, aqui de Curitiba, muito apropriadamente e contribuindo para colocar o Paraná no pensamento político do momento, atualizando o pensamento político do Paraná, pelo menos tentando contribuir.

Este articulista faz a seguinte análise, o título é: "O TUMULTO MALUFISTA".

"O objetivo de Paulo Maluf parece ter mudado de rumo. A princípio ele queria governar, hoje deseja apenas tumultuar. Não pode ser entendido de outro modo as suas mais recentes atitudes, comandando junto ao PDS o fechamento de questão no Colégio Eleitoral, e exigindo para tanto, a fidelidade partidária. Mesmo após o pronunciamento inequívoco do Supremo Tribunal Eleitoral, sobre a matéria, não se pode entender de outro modo sua obsessão em cassar registros e mandados de pedessistas dissidentes ou a recusa ao convite para participar da comitiva presidencial a solenidades de inauguração da Usina de Tucuruí.

Em poucos dias, ele dilacera ainda mais um partido em plena fase de desagregação. Ignora a Justiça Eleitoral e rompe os vínculos com o Governo que o aturou até agora." E prossegue, terminando, o articulista Nereu José Teixeira: "Por mais incongruentes e ilógicas que possam parecer essas atitudes, elas não são gratuitas, não podem ser creditadas apenas com uma reação emocional ao ver contrariado o seu desejo de ser Presidente, apesar do visível e esmagador repúdio à sua candidatura. A ordem agora é tumultuar e subverter o andamento do País no caminho da redemocratização".

"Quando se fala em golpe, tem-se a impressão que tanques de guerra invadirão o Congresso. Não é necessário isso. O golpe pode se apresentar de várias maneiras, inclusive com o crescimento das provocações, partidas das hostes malufistas cujo propósito é agredir, agitar, intimidar. Apesar dessa farsa tão bem articulada que volta a colocar Paulo Maluf no epicentro dos acontecimentos, não acreditamos ser possível interromper neste momento, a ascensão de Tancredo Neves à Presidência da República".

"Os segmentos mais representativos da sociedade estão a seu favor. Formou-se, no Brasil, uma nova maioria que deseja transformar o País. Tancredo é a face visível desta nova realidade que deverá até se impor contra ele, no futuro, se for necessário".

Sr. Presidente, Srs. Deputados, se a par dessas análises atentarmos para o fato surpreendente detectado no final da semana passada pelos eminentes professores Darci Personi de Minas Gerais e Miguel Reale, quando analisando a legislação existente sobre o Colégio Eleitoral, detectaram que a partir de 22 de outubro passado, não existe sequer Mesa para dirigir os trabalhos do Colégio Eleitoral, em virtude da Lei Complementar

n.º 47, de 22 de outubro que alterou o Artigo 13, da Lei Complementar n.º 15, de 1.973 que estabelecia, na pessoa do Presidente do Senado, atualmente, Senador Moacir Dalia, a competência para dirigir os trabalhos do Colégio Eleitoral mas que, alterada esta, e por uma estranha e até o momento não identificada omissão dessa legislação posterior, a 47, de 22 de outubro, deixa hoje, num presente momento, um vazio, um vácuo na questão sobre quem dirigirá os trabalhos do Colégio Eleitoral.

O articulista Hermano Alves nesse seu artigo da "Folha de São Paulo" do último dia 24, aponta como sendo esse o fato que estava sendo mantido sigilosamente em segredo nas hostes malufistas, como sendo o fato novo, o famoso fato novo tão anunciado que alteraria radicalmente as atuais estimativas dos números de votos que tanto um como outro candidato teriam.

Essa, simplesmente, Sr. Presidente, Srs. Deputados, a omissão, a ausência, o vácuo de se ter hoje, a menos de 60 dias da eleição do próximo Presidente da República, uma situação indefinida sobre quem presidirá a Mesa do Colégio Eleitoral, é uma das evidências a par das várias outras que a nota da CNBB, do dia 25 de outubro, tão apropriadamente apontava, que comprovam a intenção de setores inconformados com o atual encaminhamento do processo sucessório que a vitória Tancredo Neves prenuncia.

É diante disso tudo, Sr. Presidente, Srs. Deputados, que nós, nesta tarde, voltamos de público, após contatos vários com o nobre Deputado Nelson Buffara, que foi naquela tarde em que anunciávamos aqui a decisão de iniciar coleta de assinaturas, atendendo inclusive a uma orientação do próprio partido, do PMDB, das suas lideranças das Assembleias Estaduais, da sua Executiva Nacional, a cuja iniciativa a Bancada do PMDB integralmente apoiou, conta-se hoje com 33 assinaturas nesse requerimento, à exclusão unicamente por motivo regimental do Presidente da nossa Casa, restando um número mínimo de seis outras assinaturas que deveriam ser postas, que deveriam, que devem e eu espero que serão postas por nobres Colegas do PDS, da Bancada do PDS, nesta Casa.

Após aquele nosso pronunciamento, ocorreram fatos importantes como as declarações dos Ministros militares, como declarações de lideranças que após audiências com o Presidente Figueiredo transmitiam o seu pensamento e a sua vontade no sentido de fazer obediência integral das regras do jogo atuais, e dar posse ao eleito.

Mais recentemente, na quinta-feira passada, uma nota do Sr. Ministro do Exército reafirma de público a sua intenção, a intenção da sua Corporação em não permitir alterações dessas regras, mas que são pronunciamentos, são declarações, Sr. Presidente, Srs. Deputados, que se por um lado desanuviam e desanuviam o quadro político, o ambiente político que há um mês atrás se mostrava bastante preocupador, nem por isso e tem sido essa a análise e a orientação das lideranças maiores do nosso partido e não só do nosso partido, o PMDB, mas tem sido essa a análise também que bem demonstra essa nota do Cardeal Lorscheider, Presidente da CNBB, dessa sexta-feira, dessa última sexta-feira, renovando apelo para que se mantenham alertas as forças livres da Nação, no sentido de contribuir para a manutenção da legalidade institucional do processo sucessório.

É diante disso tudo, Sr. Presidente, Srs. Deputados, que hoje, de público, e como até uma forma de dar satisfação à nossa imprensa, aos profissionais de imprensa paranaense

que, todos os dias nos indagam da situação em que está o referido requerimento, já que houve a divulgação na época da iniciativa de fazer coleta de assinaturas.

A essas indagações já temos respondido, temos esclarecido com intervenções pessoais.

Mas pareceu-me cabível que, nesta tarde, após três semanas daquela nossa iniciativa, nós, de público, novamente voltássemos a insistir com os nobres Deputados integrantes da Bancada do PDS, sobre a importância de que se proceda no contexto da sua bancada as discussões necessárias e pertinentes para que avaliem e tomem a posição a respeito da assinatura ou não, de colocar a assinatura ou não nesse requerimento, uma vez que a orientação existente é de que com esse quadro mais tranquilo da vida política, talvez não haja necessidade de se proceder à convocação extraordinária da nossa Assembléia como se estava avizinando, se anunciando naqueles dias finais de outubro.

Mas como há a orientação nacional, como esse quadro político num País que, depois de tantos anos tenha a questão institucional e constitucional extremamente dilacerada. É a orientação, é a nossa concordância e há a nossa concordância no sentido de que se disponha a Presidência da Mesa, a Mesa Executiva ou Liderança do Partido, de um instrumento pronto para que, na medida da necessidade que porventura venha a ocorrer, este período de início do recesso até o seu final, do nosso pronto atendimento e trabalho aqui no nosso local de atuação, que este instrumento esteja disponível e sem necessidade de maiores delongas.

Era essa a nossa intenção, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, trazer aqui essa nossa renovada intenção de contar com a colaboração da Bancada do PMDB que já assinou, mas, especialmente da Bancada do PDS, dos Deputados do PDS, que nós gostaríamos de ter a posição definitiva.

O Sr. Gabriel Manoel — Vossa Excelência permite um aparte?

O SR. MÁRCIO ALMEIDA — É com satisfação que eu concedo o aparte ao nobre Deputado Gabriel Manoel.

O Sr. Gabriel Manoel — Agradeço, Deputado, de coração o seu aparte e queria apenas dizer a Vossa Excelência que parece, segundo as entrelinhas da imprensa, que o Governador José Richa está a convocar a Assembléia. Isto seria também um prenúncio de que nós estaremos aqui na vigília cívica ao lado de Vossa Excelência, mas não sei se estou errado, ou se não entendo muito bem os parâmetros da lei, mas acho que isso compete ao Poder Executivo, que é um Poder de que Vossa Excelência faz parte.

Não seria mais viável, Deputado Márcio Almeida, Vossa Excelência solicitar ao Governador José Richa que convoque a Assembléia nas duas seqüências para podermos estar aqui em vigília cívica; quanto aos americanos que fazem parte da clã do Sr. Roberto Marinho, que fazem parte, Deputado Márcio Almeida, dos homens que estão encolhendo o Brasil.

Então, seria mais significativo que Vossa Excelência solicitasse ao Governador de todos os paranaenses que convocasse a Assembléia em duas seqüências, se necessário for, para que possamos ficar aqui em vigília cívica pelo bem do Paraná, pelo bem do Brasil e contra as redes globos, contra os homens que estão espoliando o Brasil.

Muito obrigado.

O SR. MÁRCIO ALMEIDA — Agradeço o aparte, nobre Deputado Gabriel Manoel.

É evidente que não creio oportuno nós novamente insistirmos nas análises evidentemente antagônicas que temos a respeito do que representa uma candidatura ou outra, e qual é de fato vinculada, compromissada com os interesses nacionais, populares, democráticos, e qual é de fato vinculada aos interesses do entreguismo e da antidemocracia, eu acho que não é por aí a discussão hoje. Acho que estão bastante esclarecidas as posições. Mas, a respeito da sugestão que o Senhor levanta, eu quero só dizer que, na oportunidade com que discutirmos com a liderança da nossa bancada, a forma como se poderia cumprir a orientação nacional do nosso Partido e o atendimento também não só da CNBB, mas das outras entidades da sociedade brasileira, nós fomos analisar e vimos que, de fato, além do Sr. Governador do Estado, existe competência para que dois terços dos Deputados desta Casa, segundo o Art. 15 da Constituição, alterada pela Emenda Constitucional n.º 15, para que se faça a convocação pelos próprios integrantes do Poder Legislativo, através de dois terços dos seus membros.

E nós, analisando a situação, achamos que seria uma forma, mais uma oportunidade de reafirmação do papel do Poder Legislativo como Poder que se renova, que tenta recuperar suas prerrogativas, de assumir ele esta incumbência, de se preparar ele para que estejamos nestas circunstâncias que o Senhor também concorda, embora com análises distintas em relação a quem defender num período de prontidão.

Mas, eu agradeço a sua intervenção, e Sr. Presidente, Srs. Deputados, era esta a nossa intenção ao ocupar a tribuna nesta tarde.

Muito obrigado.— (Sem revisão do orador).

O SR. ADHAIL SPRENGER PASSOS — Sr. Presidente, o PMDB abdica do restante do tempo.

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) — A Mesa agradece. Encerrada a Hora do Expediente, passa-se à

#### ORDEM DO DIA,

com a presença de 58 Srs. Deputados.

Sobre a mesa, projeto de lei complementar de autoria do Sr. Deputado Antônio Annibelli, constante do expediente. Necessita de apoio.— **Apoiado.**— À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Anibal Khury, constante do expediente. Necessita de apoio.— **Apoiado.**— À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Nilso Sguarezi, constante do expediente. Necessita de apoio.— **Apoiado.**— À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nilso Sguarezi, constante do expediente, solicitando preferência de votação para os Projetos de Resolução n.ºs 194 e 195/84, constantes da Ordem do Dia, desta data.— **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nilso Sguarezi, constante do expediente, solicitando preferência de votação para os Projetos de Lei n.ºs 288, 302, 311, 314, 315 e 316, todos de 84, constantes da Ordem do Dia, desta data.— **Aprovado.**

De conformidade com os requerimentos de preferência de discussão e votação de autoria do Sr. Deputado Nilso Sguarezi, acima aprovados:

2a. DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 194/84 (ex-Proposição n.º 59/84), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE TOMADA DE CONTAS, que aprova as contas referentes à aplicação das verbas correspondentes à dotação de Subvenção Social, do Poder Legislativo, referentes ao exercício de 1.983.— EM REGIME DE URGÊNCIA.— **Aprovado, artigo por artigo.**

2a. DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 195/84 (ex-Proposição n.º 143/84), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE TOMADA DE CONTAS, que aprova as contas da Assembléia Legislativa, referentes ao exercício financeiro de 1.983.— EM REGIME DE URGÊNCIA.— **Aprovado, artigo por artigo.**

3a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 288/84, de autoria do PODER EXECUTIVO (Mensagem n.º 225/84), que visa obter autorização para abertura de um Crédito Adicional até o limite de Cr\$ 8.875.452.000 (oito bilhões, oitocentos e setenta e cinco milhões, quatrocentos e cinquenta e dois mil cruzeiros), destinados a atender despesas com Custeio e Capital, do Tribunal de Justiça, no corrente exercício. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.F., por unanimidade.— EM REGIME DE URGÊNCIA.— **Aprovado.**

1a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 302/84, (Mensagem n.º 226/84), de autoria do PODER EXECUTIVO, que altera o orçamento do Departamento Estadual de Transporte Oficial, no valor de Cr\$ 260.000.000 (duzentos e sessenta milhões de cruzeiros), destinados a cobrir despesas com outros custeios. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.F., por unanimidade.— EM REGIME DE URGÊNCIA.— **Aprovado. (Publicado no D.A. n.º 117, de 7 de novembro de 1984 — Mens.).**

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI N.º 302/84

PARECER:

Visa o presente Plano de Lei alteração no Orçamento do Departamento Estadual de Transporte Oficial, no valor de Cr\$... 260.000.000 (duzentos e sessenta milhões de cruzeiros). Oriunda de Mensagem Governamental e sendo esta Comissão chamada a opinar quanto à legalidade da matéria, nada constatou-se que possa obstar a tramitação da mesma.

Nestas condições, opinamos FAVORAVELMENTE à sua APROVAÇÃO.

Sala das Comissões, em 13 de novembro de 1984.

(aa) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR — Presidente;  
TADEU LÚCIO MACHADO — Relator.

#### COMISSÃO DE FINANÇAS PROJETO DE LEI N.º 302/84

PARECER:

De iniciativa do Poder Executivo, Mensagem n.º 226/84, tem por objetivo, abrir um Crédito Adicional no valor de Cr\$... 260.000.000 (duzentos e sessenta milhões de cruzeiros), destinados a cobrir despesas com outros custeios, alterando o vigente orçamento do Departamento Estadual de Transporte Oficial — DETO.

Sobre a matéria houve parecer da Douta Comissão de Constituição e Justiça que opinou favoravelmente sobre sua legalidade e constitucionalidade.

Ao analisar o projeto sobre seu aspecto financeiro, constatamos que servirão como cobertura para o Crédito de que trata o artigo anterior, recursos oriundos da própria Entidade, conforme disposto no § 1.º, item II, do artigo 43, da Lei Federal n.º 4.320, de 17 de março de 1964.

Nestas condições, nosso parecer é FAVORÁVEL ao projeto, recomendando sua aprovação pelo Plenário.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 20 de novembro de 1984.

(aa) ERVIN BONKOSKI — Presidente;  
ANTÔNIO ANNIBELLI — Relator.

1a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 311/84, de autoria do PODER EXECUTIVO, (Mensagem n.º 230/84), que altera o orçamento da EMOPAR, até o limite de Cr\$ 300.000.000 (trezentos milhões de cruzeiros), com objetivo de dar respaldo legal para ampliação dos serviços da empresa, com vista às obras do PRORURAL, armazém de Palmas, Anexo ao Plenário da Assembléia Legislativa e outras. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.F., por unanimidade.— EM REGIME DE URGÊNCIA.— **Aprovado. (Publicado no D.A. n.º 119, de 12 de novembro de 1984 — Mens.).**

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI N.º 311/84

PARECER:

O presente plano de lei oriundo de Mensagem Governamental tem por finalidade autorizar a abertura de Crédito Adicional, visando alterar o orçamento vigente da Empresa de Obras Públicas do Paraná - EMOPAR, no valor que especifica.

A matéria encontra respaldo constitucional quanto a sua iniciativa, não havendo, portanto, qualquer óbice quer legal ou constitucional, que possa impedir a sua normal tramitação por esta Casa.

Nestas condições, o nosso parecer é favorável, opinando-se pela sua APROVAÇÃO.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 13 de novembro de 1984.

(aa) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR — Presidente;  
AUGUSTO CARNEIRO — Relator.

#### COMISSÃO DE FINANÇAS PROJETO DE LEI N.º 311/84

PARECER:

De iniciativa do Poder Executivo, Mensagem n.º 230/84, visa o presente, abrir um Crédito Adicional até o limite de Cr\$... 300.000.000 (trezentos milhões de cruzeiros), alterando o orçamento da Empresa de Obras Públicas do Paraná - EMOPAR.

Sobre a matéria houve parecer da douta Comissão de Constituição e Justiça que opinou favoravelmente sobre sua legalidade e constitucionalidade.

Ao analisar o projeto sobre seu aspecto financeiro, constatamos que darão cobertura ao Crédito de que trata o artigo anterior, recursos oriundos da própria empresa, em conformidade com o § 1.º, item II, do artigo 43, da Lei Federal n.º 4.320, de 17 de março de 1964.

Nestas condições, nosso parecer é FAVORÁVEL ao projeto, recomendando sua aprovação pelo Plenário.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 20 de novembro de 1984.

(aa) ERVIN BONKOSKI — Presidente;

ANTÔNIO ANNIBELLI — Relator.

1a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 314/84, (Mensagem n.º 231/84), de autoria do PODER EXECUTIVO, que visa obter autorização para abertura de um Crédito Adicional até o limite de Cr\$ 300.000.000 (trezentos milhões de cruzeiros), destinados a atender despesas com custeio e capital do Tribunal de Alçada, no corrente exercício. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.F., por unanimidade.— EM REGIME DE URGÊNCIA.— **Aprovado.** (Publicado no D.A. n.º 119, de 12 de novembro de 1984 — Mens.)

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI N.º 314/84

PARECER:

O presente plano de lei oriundo da Mensagem Governamental n.º 231/84, pretende autorizar o Poder Executivo a abrir um Crédito Adicional até o limite de Cr\$ 300.000.000 (trezentos milhões de cruzeiros) destinados a atender as despesas com custeio e Capital do Tribunal de Alçada, no corrente exercício.

Servirá como recurso para cobertura do crédito de que trata o artigo 1.º, o estabelecido no item II, § 1.º, artigo 43, da Lei Federal n.º 4.320, de 17 de março de 1964.

A iniciativa em matéria de tal natureza é de exclusiva competência do Chefe do Poder Executivo.

Nestas condições, o Projeto de Lei em pauta não possui qualquer óbice de natureza constitucional à sua tramitação e também está de acordo com as exigências legais e regimentais.

Portanto, nosso parecer é favorável à aprovação do Projeto.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 13 de novembro de 1984.

(aa) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR — Presidente;  
ERVIN BONKOSKI — Relator.

COMISSÃO DE FINANÇAS  
PROJETO DE LEI N.º 314/84

PARECER:

De iniciativa do Poder Executivo, Mensagem n.º 231/84, tem por objetivo, abrir um Crédito Adicional até o limite de Cr\$ 300.000.000 (trezentos milhões de cruzeiros), no vigente orçamento do Tribunal de Alçada, destinados a cobrir despesas com Custeio e Capital.

Sobre a matéria houve parecer da Douta Comissão de Constituição e Justiça que opinou favoravelmente sobre sua legalidade e constitucionalidade.

Ao analisar o projeto sobre seu aspecto financeiro, constatamos que servirá como recurso para a cobertura do Crédito de que trata o artigo anterior o estabelecido no item II, § 1.º, artigo 43, da Lei Federal n.º 4.320, de 17 de março de 1964.

Nestas condições, nosso parecer é FAVORÁVEL ao projeto, recomendando sua aprovação pelo Plenário.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 20 de novembro de 1984.

(aa) ERVIN BONKOSKI — Presidente;  
ANTÔNIO ANNIBELLI — Relator.

1a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 315/84, (Mensagem n.º 229/84), de autoria do PODER EXECUTIVO, que altera os orçamentos das Fundações Faculdade Estadual de Filosofia, Ciências e Letras de Paranaguá e Universidade Estadual de Ponta Grossa, nos valores de Cr\$ 82.000.000 (oitenta e dois mi-

lhões de cruzeiros) e Cr\$ 120.000.000 (cento e vinte milhões de cruzeiros), respectivamente. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.F., por unanimidade.— EM REGIME DE URGÊNCIA.— **Aprovado.** (Publicado no D.A. n.º 119, de 12 de novembro de 1984 — Mens.)

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI N.º 315/84

PARECER:

Oriundo de Mensagem Governamental, o presente plano de lei tem por objetivo abrir crédito especial nos valores que especifica, visando alterar os orçamentos das Fundações Faculdade Estadual de Filosofia, Ciências e Letras de Paranaguá e Universidade Estadual de Ponta Grossa.

Legal e constitucionalmente, a matéria não encontra qualquer óbice que possa impedir a sua normal tramitação por esta Casa, já que, quanto a iniciativa de tais matérias, segundo os preceitos constitucionais vigentes, são de competência do Chefe do Poder Executivo.

Nestas condições o nosso parecer É FAVORÁVEL, opinando-se pela sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 13 de novembro de 1984.

(a) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR — Presidente e Relator.

COMISSÃO DE FINANÇAS  
PROJETO DE LEI N.º 315/84

PARECER:

De iniciativa do Poder Executivo, Mensagem n.º 229/84, visa o presente, abrir Créditos Adicionais, alterando os orçamentos próprios das fundações Faculdade Estadual de Filosofia, Ciências e Letras de Paranaguá e Universidade Estadual de Ponta Grossa, nos valores de Cr\$ 82.000.000 (oitenta e dois milhões de cruzeiros) e Cr\$ 120.000.000 (cento e vinte milhões de cruzeiros), respectivamente.

Sobre a matéria houve parecer da Douta Comissão de Constituição e Justiça que opinou favoravelmente sobre sua legalidade e constitucionalidade.

Ao analisar o projeto sobre seu aspecto financeiro, constatamos que servirão para cobertura dos Créditos de que trata o art. 1.º, desta lei, recursos oriundos das próprias entidades, em conformidade com o § 1.º, item II, do artigo 43, da Lei Federal n.º 4.320, de 17 de março de 1964.

Nestas condições, nosso parecer é FAVORÁVEL ao projeto, recomendando sua aprovação pelo Plenário.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 20 de novembro de 1984.

(aa) ERVIN BONKOSKI — Presidente;  
ANTÔNIO ANNIBELLI — Relator.

1a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 316/84, (Mensagem n.º 232/84), de autoria do PODER EXECUTIVO, que altera os orçamentos atuais da Fundação Faculdade Estadual de Filosofia, Ciências e Letras de Guarapuava, em Cr\$ 78.000.000 (setenta e oito milhões de cruzeiros) e da Fundação Faculdade Estadual de Ciências Econômicas de Apucarana em Cr\$ 13.000.000 (treze milhões de cruzeiros), para fins que especifica. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.F., por unanimidade.— EM REGIME DE URGÊNCIA.— **Aprovado.** (Publicado no D.A. n.º 119, de 12 de novembro de 1984 — Mens.)

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

## PROJETO DE LEI Nº 316/84

PARECER:

O presente Projeto de Lei de autoria do Poder Executivo, Mensagem Governamental nº 232/84, tem por finalidade alterar os orçamentos atuais da Fundação Faculdade Estadual de Filosofia, Ciências e Letras de Guarapuava, em Cr\$ 78.000.000 (setenta e oito milhões de cruzeiros) e da Fundação Faculdade Estadual de Ciências Econômicas de Apucarana em Cr\$... 13.000.000 (treze milhões de cruzeiros), para fins que especifica.

Os créditos de que trata o art. 1º serão cobertos com recursos oriundos das próprias entidades, conforme o disposto, respectivamente, nos itens II e I, do Parágrafo 1º, do art. 43, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964.

No âmbito desta Comissão de Constituição e Justiça, chamada a opinar sobre a sua legalidade e constitucionalidade, nada temos a opor à normal tramitação da matéria pelos demais órgãos desta Casa.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 13 de novembro de 1984.

(aa) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR — Presidente;

ARTAGÃO MATTOS LEÃO — Relator.

COMISSÃO DE FINANÇAS  
PROJETO DE LEI Nº 316/84

PARECER:

De iniciativa do Poder Executivo, Mensagem nº 232/84, visa o presente, abrir Créditos Adicionais até o limite de Cr\$... 78.000.000 (setenta e oito milhões de cruzeiros), e Cr\$... 13.000.000 (treze milhões de cruzeiros), alterando, respectivamente, os orçamentos atuais das Fundações Faculdade Estadual de Filosofia, Ciências e Letras de Guarapuava e Faculdade de Ciências Econômicas de Apucarana.

Sobre a matéria houve parecer da Douta Comissão de Constituição e Justiça que opinou favoravelmente sobre sua legalidade e constitucionalidade.

Ao analisar o projeto sobre seu aspecto financeiro, constatamos que os Créditos oriundos das próprias entidades conforme o disposto, respectivamente, nos itens II e I, do § 1º, do artigo 43, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964.

Nestas condições, nosso parecer é FAVORÁVEL ao projeto, recomendando sua aprovação pelo Plenário.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 20 de novembro de 1984.

(aa) ERVIN BONKOSKI — Presidente;

ANTÔNIO ANNIBELLI — Relator.

Passaremos à apreciação do restante da matéria constante da Ordem do Dia.

3a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei nº 252/84, que aprova a PROPOSTA DO ORÇAMENTO PROGRAMA-ANUAL DO ESTADO, PARA O EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 1985. Aprovado.

O SR. GILBERTO CARVALHO — (Pela ordem) — Sr. Presidente, requerio verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) — A Mesa atende e irá proceder a verificação de votação.

(É procedida a verificação de votação)

18 Srs. Deputados aprovam; 2 Srs. Deputados rejeitam. Não há "quorum" para deliberação, somente para prosseguimento da sessão.

3a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei nº 51/84, de autoria do Deputado TADEU LÚCIO MACHADO, que concede o Título de Cidadão Honorário do Paraná, ao Senhor ANTONIO DE CAMPOS TAPAJÓS. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade.— EM REGIME DE URGÊNCIA.— Encerrada a discussão.

3a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei nº 222/84, de autoria do PODER EXECUTIVO (Mensagem nº 175/84), que objetiva aplicar na concessão de gratificação adicional por tempo de serviço, aos Conselheiros e Auditores do Tribunal de Contas do Estado e aos Procuradores junto ao mesmo Tribunal, os critérios estabelecidos pelo Art. 77, da Lei nº 7.297, de 08.01.80, com redação dada pela Lei nº 7.878, de 04.07.84, na forma que especifica. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.F., por unanimidade.— EM REGIME DE URGÊNCIA.—

Sobre o referido projeto, requerimento de autoria dos Srs. Deputados Nilso Sguarezi e Gilberto Carvalho, constante do expediente, solicitando seja retirado da Ordem do Dia o Projeto de Lei nº 222/84, de autoria do Poder Executivo, (Mensagem nº 175/84), que concede gratificação adicional por tempo de serviço aos Conselheiros e Auditores do Tribunal de Contas do Estado e aos Procuradores junto ao mesmo Tribunal, por 3 (três) sessões.

Face à apresentação do requerimento e retirada, esta Presidência deixa de encerrar a discussão.

3a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei nº 228/84, de autoria do PODER EXECUTIVO (Mensagem nº 168/84), que objetiva autorizar o Poder Executivo doar ao Município de Planaltina do Paraná, um imóvel de propriedade do Estado do Paraná, constituído da data nº 11, da quadra nº 110, com 755,00m<sup>2</sup>, situada no referido Município, adquirido pelo Estado, conforme matrícula nº 3.378, de 1º.03.82, no Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Santa Izabel do Ivaí.— Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade.— Encerrada a discussão.

3a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei nº 232/84, de autoria do PODER EXECUTIVO (Mensagem nº 189/84), que objetiva autorizar o Poder Executivo doar ao Município de Tupãssi, um imóvel de propriedade do Estado, constituído dos lotes nºs 11 e 12, da quadra nº 48, com área total de 1.200,00m<sup>2</sup>, situados no referido Município e adquiridos pelo Estado, conforme matrícula nº 12.336, no Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Assis Chateaubriand. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade.— Encerrada a discussão.

3a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei nº 239/84, de autoria do Deputado ADHAIL SPRENGER PASSOS, que concede o Título de Cidadão Honorário do Paraná ao Doutor WALTER ALBERTO PECÓITS, conforme especifica. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade.— Encerrada a discussão.

3a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei nº 242/84, de autoria do Deputado EDMAR LUIZ COSTA, que declara de utilidade pública a "ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DE BOQUEI-



RÃO — AMOB”, com sede e foro no Município de Ponta Grossa. Com Parecer Favorável da C.C.J., por unanimidade. — **Encerrada a discussão.**

3.<sup>a</sup> DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 250/84, de autoria do Deputado EDUARDO BAGGIO, que declara de Utilidade Pública a APAE — ASSOCIAÇÃO DOS PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS, com sede e foro no Município de Faxinal. Com Parecer Favorável da C.C.J., por unanimidade. — **Encerrada a discussão.**

1.<sup>a</sup> DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 143/84, de autoria do Deputado ODENI MONGRUEL, que aprova as conclusões da Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a apurar as causas da falência dos municípios, conforme especifica. Com Parecer Favorável da C.C.J., por unanimidade. — **Encerrada a discussão.** (Public. no D.A. 82, de 05/09/84).

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 143/84

##### PARECER:

A Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a apurar as causas da falência dos Municípios foi um dos momentos marcantes deste Poder Legislativo, no ano passado.

A matéria em exame, de autoria do nobre Deputado Odeni Mongruel, pretende aprovar as conclusões daquela CPI dos Municípios.

Vista da ótica de seus aspectos constitucionais, legais ou regimentais, não encontramos qualquer objeção ao referido Projeto de Resolução.

Por outro lado, reveste-se da maior importância o reconhecimento por parte desta Casa de Leis daquelas conclusões, bem como, o indispensável encaminhamento ao Sr. Governador do Estado, para que o mesmo determine as providências que se façam necessárias e que estejam no âmbito de suas prerrogativas.

Desta forma, manifestamos o nosso parecer favorável àquela matéria, opinando-se pela sua aprovação.

É o nosso parecer.

Sala das Comissões, em

(aa) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR — Presidente  
EDMAR LUIZ COSTA — Relator

1.<sup>a</sup> DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 156/84, (Mensagem n.º 146/84, ex-Proposição n.º 149/84), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da C.C.J., que aprova Termo de Revigoramento de 24/04/84, dos convênios de 22/11/83 e 08/12/83, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria do Planejamento, com participação da FAMEPAR e Municípios adiante mencionados, objetivando aplicação de recursos financeiros dos Programas que especifica. — **Encerrada a discussão.**

1.<sup>a</sup> DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 157/84, (Mensagem e ex-Proposição n.º 147/84), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da C.C.J., que aprova Convênio celebrado entre o Estado do Paraná, através da Secretaria do Planejamento, em 05/04/84, e os Municípios que especifica, objetivando aplicação de recursos financeiros da COMEC, em obras públicas, nos referidos municípios. — **Encerrada a discussão.**

1.<sup>a</sup> DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 158/84, (Mensagem n.º 155/84, ex-Proposição n.º 159/84), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da C.C.J., que aprova Convênio celebrado em 28/06/84, entre o Estado do Paraná, através

da Secretaria do Interior e a SUDESUL, com interveniência da SUCEPAR, objetivando a execução de obras em conformidade com o PRONOROESTE. — **Encerrada a discussão.**

1.<sup>a</sup> DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 159/84 (Mensagem n.º 151/84, ex-Proposição n.º 154/84), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da C.C.J., que aprova convênio celebrado em 29/06/84, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria do Planejamento e o Município de GUARAPUAVA, objetivando aplicação de recursos financeiros vinculados ao “PROGRAMA DE MOBILIZAÇÃO ENERGÉTICA”. — **Encerrada a discussão.**

1.<sup>a</sup> DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 160/84, (Mensagem n.º 150/84, ex-Proposição n.º 153/84), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da C.C.J., que aprova Convênio celebrado em 29/06/84, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria do Planejamento e o Município de PARANAVAÍ, objetivando aplicação de recursos financeiros vinculados ao “PROGRAMA DE MOBILIZAÇÃO ENERGÉTICA” e “PROGRAMA DE INVESTIMENTOS EM TRANSPORTES URBANOS”. — **Encerrada a discussão.**

1.<sup>a</sup> DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 161/84 (Mensagem n.º 173/84, ex-Proposição n.º 176/84), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da C.C.J., que aprova Convênio celebrado entre o Estado do Paraná, em 29/06/84, através da Secretaria do Planejamento e o Município de PONTA GROSSA, objetivando aplicação de recursos financeiros, vinculados ao PROGRAMA DE MOBILIZAÇÃO ENERGÉTICA, no referido município. — **Encerrada a discussão.**

1.<sup>a</sup> DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 164/84 (Mensagem n.º 184/84, ex-Proposição n.º 182/84), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da C.C.J., que aprova o Sexto Termo Aditivo de 13/06/84, ao Convênio de 04/02/80, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria da Agricultura e o Ministério da Agricultura, objetivando dar continuidade às atividades de Erradicação do Cancro Cítrico no Estado do Paraná. — **Encerrada a discussão.**

1.<sup>a</sup> DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 165/84 (Mensagem n.º 161/84, ex-Proposição n.º 172/84), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da C.C.J., que aprova Convênio n.º 10/84, celebrado em 26/07/84, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria do Interior e o Município de São José da Boa Vista, objetivando concessão de auxílio financeiro para aquisição de um transmissor UHF, de 10W, para ser instalado na sede do referido município. — **Encerrada a discussão.**

1.<sup>a</sup> DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 166/84, (Mensagem n.º 185/84, ex-Proposição n.º 183/84), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da C.C.J., que aprova Convênio celebrado em 06/06/84, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria da Agricultura e o Ministério da Agricultura, objetivando execução de atividades de combate e erradicação da febre aftosa no Estado. — **Encerrada a discussão.**

O SR. PRESIDENTE — (Trajano Bastos) Sobre a mesa, requerimento de autoria do Sr. Deputado Eduardo Baggio, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do jovem Gustavo Voupon, ocorrido no dia 15 de novembro do corrente ano. — **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.



Requerimento de autoria do Sr. Deputado Odeni Mongruel, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. Júlio Pellissari, ocorrido no dia 24 de novembro do corrente ano, no Município de Ponta Grossa. — **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria da Sra. Deputada Ironi Pugliesi, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento de Aparecida Helena Tosetto Navarro, esposa do Sr. Ginês Navarro Peres. — **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Rubens Bueno, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário da Cultura e do Esporte, encarecendo a liberação de recursos orçamentários a serem aplicados em reformas gerais no Estádio Orlando Donato, no Município de Janiópolis — **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Rubens Bueno, constante do expediente, solicitando o envio de expediente à Sra. Superintendente da FUNDEPAR, por intermédio da Secretaria da Educação, encarecendo seja autorizado o funcionamento de uma sala especializada, destinada a educandos excepcionais, em fase pré-escolar, no Município de Terra Boa. — **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Rubens Bueno, constante do expediente de sessão anterior, solicitando voto de congratulações ao casal João Alfredo Costa e Venina Meyer Costa, pela passagem do 50.<sup>o</sup> aniversário de matrimônio, no Município de Ibaiti. — **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Orlando Pesuti, constante do expediente de sessão anterior, solicitando voto de congratulações à CELEPAR, pela passagem do 20.<sup>o</sup> aniversário de existência. — **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nelson Vasconcellos, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário da Segurança Pública, encarecendo a construção de um prédio para funcionamento da Delegacia de Polícia no Município de Maria Helena. — **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Edgard Pimentel, constante do expediente, solicitando voto de congratulações pela passagem do segundo aniversário de emancipação política do Município de Cafelândia do Oeste. — **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria da Sra. Deputada Amélia Hruschka, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Presidente da TELEPAR, encarecendo a instalação de um telefone público na Rua Nelson Bittencourt Prado, Jardim Lar Paraná, no Município de Campo Mourão. — **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Dirceu Manfrinato, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário dos Transportes, encarecendo a pavimentação do aeroporto do Município de Cianorte. — **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Antonio Belinati, constante do expediente, solicitando voto de congratulações ao apresentador de televisão, Mário Vendramel, pela pas-

sagem do 15.<sup>o</sup> aniversário de atividades artísticas. — **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Mário Pereira, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário dos Transportes, encarecendo estudos técnicos para elaborar, a partir da retificação da estrada municipal, um Plano Viário no Município de Palmas. — **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Tadeu Franca, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Deputado Federal Walber Guimarães, encarecendo que ofereça parecer à Câmara dos Deputados a respeito da denúncia subscrita por Paulo Egon Wiederkehr e outros. — **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Odeni Mongruel, constante do expediente, solicitando transcrição nos Anais da Casa, do artigo "Orçamento, Pronto e Acabado". — **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Antônio Annibelli, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário da Agricultura, encarecendo a instalação de um posto de monta no Município de Goioerê. — **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Antonio Annibelli, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Diretor Superintendente da SUREHMA, encarecendo a instalação de um escritório da mesma no Município de União da Vitória. — **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Márcio Almeida, constante do expediente, solicitando transcrição nos Anais da Casa, do Manifesto Londrinense Pró-Tancredo - Em Defesa da Legalidade. — **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Márcio Almeida, constante do expediente, solicitando voto de congratulações pela passagem do quarto aniversário de fundação do Jornal Nosso Tempo. — **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Márcio Almeida, constante do expediente, solicitando voto de congratulações aos Srs. Coordenadores da Equipe Técnica responsável pelo Projeto de Caracterização de Alternativas e Identificação de Oportunidades de Investimentos — Oportunidades Regionais da Secretaria de Indústria e Comércio, em convênio com a Fundação Universidade Estadual de Londrina. — **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Rubens Bueno, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Presidente da COPEL, por intermédio da Secretaria do Interior, encarecendo a criação e instalação de uma subestação da mesma, no Município de Juranda. — **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Rubens Bueno, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário da Cultura e do Esporte, encarecendo a liberação de recursos financeiros a serem aplicados em reformas gerais no Estádio Municipal de Bredópolis, no Distrito de Bredópolis, no Município de Janiópolis. — **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Rubens Bueno, constante do expediente, solicitando o envio de expediente

a Sra. Secretária da Educação, encarecendo a implantação do ensino de primeira a quarta séries no Colégio Estadual Helena Kolody, Ensino de Segundo Grau, no Município de Terra Boa. — **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Rubens Bueno constante do expediente, solicitando voto de congratulações pela passagem de mais um ano de fundação do Lions Clube do Município de Campo Mourão. — **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Rubens Bueno, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário da Saúde e Bem-Estar Social, encarecendo a destinação de uma ambulância devidamente equipada, para prestar atendimento no Município de Juranda. — **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria da Sra. Deputada Ironi Pugliesi, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Presidente do BANESTADO, por intermédio da Secretaria das Finanças, encarecendo a instalação de uma agência do mesmo, no Município de Iguaçu. — **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Márcio Almeida, constante do expediente, solicitando desistência da Proposição de Emenda à Constituição n.º 144/84, bem como seu apensamento à Proposição de Emenda à Constituição n.º 204/84 — **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Rubens Bueno, constante do expediente, solicitando voto de congratulações pela passagem do 29.º aniversário de emancipação político-administrativa do Município de Engenheiro Beltrão. — **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria da Sra. Deputada Ironi Pugliesi, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Superintendente do IPE, por intermédio da Secretaria da Administração, encarecendo a instalação de uma agência do mesmo no Município de Itaguajé. — **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria da Sra. Deputada Ironi Pugliesi, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Presidente da COPEL, por intermédio da Secretaria do Interior, encarecendo a instalação de uma luminária com refletores de alta potência no trevo da NR-317, Km. 18, que dá acesso ao Município de Iguaçu. — **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria da Sra. Deputada Ironi Pugliesi, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário da Cultura e do Esporte, encarecendo a construção de uma cancha de esportes no Município de Itaguajé. — **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria da Sra. Deputada Ironi Pugliesi, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário da Administração, encarecendo a reforma da Escola Unidade Pólo do Município de Jandaia do Sul. — **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria da Sra. Deputada Ironi Pugliesi, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário da Administração, encarecendo a reforma da Escola Costa Monteiro, do Município de Nova Esperança. — **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria da Sra. Deputada Ironi Pugliesi, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário da Administração, encarecendo a reforma da Escola Estadual Hermínia Rolim Lupion, do Município de Sabáudia. — **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Dirceu Manfrinato, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Diretor Presidente da EMATER-PR (ACARPA—, por intermédio da Secretaria da Agricultura, encarecendo a implantação do Subescritório da ACARPA nos Distritos de São Lourenço e Vidigal, no Município de Cianorte. — **Encerrada a discussão.**

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para terça-feira, dia 27, à hora regimental, com a seguinte **ORDEM DO DIA:**

#### EM VOTAÇÃO

3.ª DISCUSSÃO — dos Projetos de Lei números 252, 51, 228, 232, 239, 242 e 250/84.

#### EM VOTAÇÃO

1.ª DISCUSSÃO — dos Projetos de Resolução n.ºs 143, 156 a 161 e 164 a 166/84.

3.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 222/84 e dos Projetos de Resolução n.ºs 194 e 195/84.

2.ª DISCUSSÃO — dos Projetos de Lei n.ºs 302, 311, 314 a 316/84.

1.ª DISCUSSÃO — dos Projetos de Lei n.ºs 276 e 322/84, e dos Projetos de Resolução n.ºs 167 a 174 e 200/84.

DISCUSSÃO ÚNICA — das Proposições n.ºs 198, 203 e 205/84.

Levanta-se a Sessão.